

A “RELAÇÃO DO MARANHÃO” DO PADRE LUÍS FIGUEIRA E O FALAR CEARENSE ATUAL

Florival Seraine

Ao ilustre historiador Carlos Studart Filho

1 — INTRODUÇÃO

O Padre Luís Figueira, da Companhia de Jesus, nasceu em 1574 na região portuguesa do Alentejo. Com a idade de 28 anos veio para o Brasil (Bahia), após haver recebido instrução intelectual no Colégio de Évora, então um dos mais conceituados do seu país.

Compôs em latim a “Carta Bienal”, de 1602 a 1603, e dedicou-se ao cultivo da língua tupi, elaborando a “Arte da Gramática da Língua do Brasil”, a segunda que entre nós apareceu sobre o tema e da qual houve sete edições — quatro em Lisboa e as outras em Leipzig (Alemanha), Bahia e Rio de Janeiro.

A “Relação do Maranhão” ou “Relação da Missão do Maranhão”, documento de que ora nos ocupamos, foi enviada ao Preposto Geral da Companhia de Jesus, Cláudio Aquaviva, em 1608. No ano anterior, havia sido o Padre Figueira escolhido pelo Superior da Província do Brasil, Pe. Fernão Cardim, para fazer parte da expedição à Serra da Ibiapaba e ao Maranhão, em companhia do padre Francisco Pinto, que foi pouco tempo depois morto pelos silvícolas, no exercício da catequese.

O documento aludido encerra a narrativa dessa malograda aventura pelo “certão” nordestino. (1)

Trata-se da reprodução de uma fotocópia, cujo original se acha guardado no arquivo S. J. *Romanorum* e que foi entregue ao Barão de Studart, historiador cearense, pelo jesuíta P. J. B. van Meurs, do Limburgo Holandês, por ordem do Superior Geral da Companhia de Jesus.

Já se encontrava, pois, o jesuíta luso há seis anos no Brasil quando escreveu a "Relação" e, por êste motivo, a sua obra revela certo número de empréstimos indígenas, recebidos durante o seu contato direto com os nativos.

Êsse constitui, por certo, aspecto interessante para o estudo lingüístico do trabalho aqui examinado. Entretanto, parece-nos bem mais significativa a busca do que nêle se contém da língua portugüesa antiga ainda circulante no falar do povo cearense, em particular dos incultos, dos rurícolas. Cumpre-nos, destarte, a verificação dessas formas que, não pertencendo à norma culta atual, podem ser consideradas arcaísmos ou formas obsoletas, mantidas na fala popular, sobretudo do campo, da hinterlândia, devido à falta do intercâmbio sócio-cultural, ao isolamento do tráfego civilizador durante alguns séculos, em meios onde não atuava a influência da escola, da língua escrita, ou onde ela se fazia sentir de maneira irregular e pouco significativa.

A importância da "Relação do Maranhão" está em que, não tendo sido composta com objetivos literários, poderá aproximar-se mais da fala comum do que se tivesse sido elaborada com aquêles propósitos, embora não se desconheça que a tradição escrita é bem mais conservadora que a oral e, por conseguinte, a linguagem escrita de uma época jamais poderá ser a reprodução exata do falar normal de que ela é considerada a representação gráfica. Sem dúvida, isso é inconteste, mas não chegaremos ao limite de afirmar, como certo autor, que "a escrita não dá idéia exata, nem mesmo aproximada, do que seria uma fala antiga". (2)

A "Relação do Maranhão" é documento de reconhecido valor etnográfico e histórico e, apesar de divulgada já no século XVII, a sua prosa revela características do estilo imperante no século anterior.

Evidentemente, o trabalho referido foi elaborado em plena era clássica, melhor dito, em sua segunda época, que — no dizer de Fidelino de Figueiredo — começa em 1580 e vai até 1756. Na obra "Literatura Portugüesa", de autoria dêsse insigne escritor, há um capítulo dedicado às produções daquele tipo, por êle consideradas "roteiros e itinerários, que sòmente por coincidência podem constituir obras literárias, de arte pura", mas que, não obstante, revelam "coisas sensacionais próprias da historiografia e das memórias", como "periódico relatório de aquisições novas de geografia e de etnografia" e forte contribuição "para o enriquecimento da língua no léxico e na expressão do exotismo e do maravilhoso". (3)

A prosa do missionário lusitano apresenta-se constituída ordinariamente de períodos extensos, formados de várias orações que, devido à ausência da necessária pontuação e dos sinais diacríticos convenientes, acarretam embaraço à inteligência dos textos. Observe-se, além disso, a ordem dos têrmos da proposição, reflexo da excessiva liberdade que havia na linguagem de antanho quanto à escolha do lugar devido a cada membro da frase, chamando-nos a

atenção inversões e interpolações, incabíveis hoje em estilo de prosa narrativa.

O anacoluto, ausência de ligação nas frases e até mudanças de tratamento, bem como o polissíndeto, que ocorrem na língua arcaica, podem ser vistos na "Relação".

Exemplos de sintaxe irregular de construção: "... assy não dissemos mais q' aos dias santos missas..." (p. 81); "... o que tudo causou assi a ella, como aos outros desta aldea admiração..." (p. 91); "... e o fº de cobra azul fez tãbem em nome de seu pai pazes..." (p. 92); "... nem frutas nem outros algua avia cousa mais" (p. 103). E dezenas de outros casos.

A cópia de abreviaturas, nem sempre adequadas, merece particular exame, bem assim o uso do *h*, não só naqueles casos geralmente apontados na linguagem dos séculos XIV e XV, mas também em palavras como *honze* (onze), *hora* (ora), *dohia* (doia), etc. De passagem, que se anotem ainda alguns empregos de consoantes geminadas (*ff* e *ll*), posteriormente abandonados, e do *y* por *i*, correspondendo a fonema nasal em *assy* e *my*, e oral em vários exemplos coincidentes com os indicados pelos filólogos na literatura arcaica, embora, às vèzes, ocorram, a respeito, grafias duplas para o mesmo fonema (*assy* e *assi*, *yr* e *ir*, *yria* e *iria*, *yndio* e *indio*, etc.) (4)

Acrescentem-se a isso os erros dos copistas, que alterando letras ou grafemas irão ainda mais dificultar o conhecimento dos valores fônicos nos vocábulos (já de si discutível) e, mesmo, a percepção integral do sentido das orações. E, por último, não se esqueça a possibilidade de desleixos ou equívocos ortográficos do próprio autor do manuscrito seiscentista, que, certamente movido pela sinese, não se preocupou também em escoimar a sua prosa de certos vícios de linguagem, como hiatos e colisões, e de evitar-lhe a obscuridade.

Transcrevemos abaixo apenas um período constante da "Relação", que servirá para ajuizamento dos leitores, em face da imperfeita coordenação e subordinação das orações, aliás observável em vários trechos do aludido documento: — "A cabo de hu mez tornarão cõ resposta assaber q'os primeiros com que encontrarão lhe tomarão o machado e o mais q'levavão, q'assi costumão ordinariamente esses salvagens, nem aproveitou dizerlho q'era pª o principal, só hua faca lhe chegou a mão, e que todos a mão, e que todos dizião q'fossem os padres e q'lhe levassem machados, facas, espelhos, tizouras ec (nomeãdo tudo por seu nome) e que elles farião pazes cõ outros de diante, e dizendo-lhe os nossos q'os padres não levavão mto disso e q'so aos principaes poderião dar algua cousa respõderão q'a todos darão e quãdo não lhe darião os vestidos, e já nos tinhamos noticia dessa sua cobiça insaciável que he tal que vendo canastra ou caixa acham de revolver e buscar tudo e tomar o q'lhe parecer sem lhe irdes a mão, e se não derdes a todos ficão descontentes de modo q'he nec. hua não carregada pª os cõtentar, e ainda isto era sofrível

se fora soo ha magote delles, mas são muitas nações de 60, 80, 100 e mais casais” (p. 89).

O estilo da *Relação* não apresenta tôdas aquelas sobrevivências arcaicas, de ordem lingüística, registradas por Leite de Vasconcelos e Adolfo Coelho, ainda observáveis na literatura de autores do século XVI, a exemplo do próprio Camões. Mencionem-se, porém, na composição do Pe. Figueira, o uso do particípio variável nas formas compostas do verbo, a freqüência do gerúndio precedido de *em* ou empregado em vez do infinitivo, a substituição, pelo mais-que-perfeito do indicativo, do condicional ou imperfeito do subjuntivo, e o uso do pronome reflexivo junto a verbos como *ir*, *descer* e, especialmente, *partir*, que adquire matiz semântico peculiar.

Antes de finalizar esta introdução, julgamos interessante referir e comentar certos fatos de sabor antigo, constantes da “*Relação*”, embora não condigam ao objetivo principal do nosso estudo. Assim, o emprêgo do feminino *comua* por comum, no sintagma *lingoa comua*. (p. 77). A propósito escreve Said Ali: “por analogia de *u*, *ua* (*u* tilado) surgiu o feminino *commua*, sendo o seu emprêgo condenado pelo gramático de 1536”. Discordava desta opinião João de Barros, que entendia poder usar-se no feminino tanto uma forma como a outra. Esta liberdade foi ainda reconhecida por Vieira, Bernardes e outros seiscentistas, que empregaram *commua* (*u* tilado) por comum, em certos passos de suas obras. Observa o filólogo brasileiro que ainda no século XVIII se usou freqüentemente o vocábulo *commua*. Abona-se com Santa Rita Durão, em *Caramuru* 1,15 e *passim*. Um exemplo encontrado em Francisco Manuel de Melo: “essa é a lida *comua*...”. Outro, em Manuel Bernardes: “He *commua* frase dos Santos Padres”. (5) Verifica-se que com o tempo se desnasalou a terminação, tornando-se *ua*, à semelhança do que aconteceu no caso de *lua*.

Acentuamos também o emprêgo de *quem*, no seguinte trecho da “*Relação*”: ... “começarão a correr os presentes, *quem* meaduzia de espigas de milho, *quem* hu palmito, *quem* uma Abobora q’era o de mais preço...” (p. 84). *Quem* funciona como pronome indefinido distributivo, a indicar em frases coordenadas, dois ou mais pronomes diferentes, como *um... outro*, ou o mesmo pronome repetido, porém aludindo a sêres diversos. Não encontramos mais êsse tipo de elocução antiquada, no uso popular; entretanto, Camões ainda a empregou”. (6)

Pera, forma que se usou em todo o período do português antigo e ainda no português moderno do século XVI e princípios do século XVIII, surge constantemente na linguagem escrita do Pe. Figueira. Exs.: “*pera* q’indo” (p. 76); “*pera* saber de certo” (p. 79) etc., etc. Corresponde às preposições *para* e *a*. Era aplicada com os valores de “destinação” e “lugar para onde”. (7) Vem do latim *per ad*.

Surpreende-nos nesse documento o uso de *entre* com o significado de *durante* o: “... depois *entre* dia as dos Santos...” (p. 78),

assim como o da elisão *q'lhe* em frases como as seguintes: "... p.^r serviço daquelle S.^{or} *q'lhe* o autor de todo elle..." (p. 82); "... em sinal de tristeza *q'lhe* o seu luto..." (p. 102). *Al* surge apenas em um lugar: ... "pera sobir he nec^o ver esc^{as}das *al* alguns passos..." (p. 84). Pelo sentido da oração não parece ajustar-se aqui a acepção que oferecia como indefinido da língua arcaica, êsse monossílabo, cujo significado era: outra coisa ou pessoa. Descuido, equívoco ortográficos? *Al* estaria aí por *ao* ou *há*? Ou seria apenas a primeira sílaba do vocábulo seguinte desleixadamente separada dêste?

FONÉTICA

Iniciaremos o estudo comparativo a que nos propomos pelo sistema fônico. Cumpre-nos, todavia, considerar dois aspectos nesse estudo: a) a comparação com fenômenos do falar geral cearense, distintivos dos de outras áreas lingüísticas brasileiras; b) o confronto com o falar inculto, isto é, aquêles que obedece às normas de níveis sócio-culturais baixos ou inferiores, na época atual.

Não se esqueça, porém, a devida cautela — neste capítulo talvez mais do que em qualquer outro do estudo lingüístico — ao estabelecer coincidências entre a fala e a língua escrita, pois, embora no período trovadoresco, até 1350, tivesse a grafia sido fonética, no período da prosa portuguesa até 1500 e adiante a escrita fonética torna-se confusa e arbitrária, segundo acentuou Carolina Michaelis. (8) No texto examinado encontram-se grafias diferentes de um mesmo fonema, o que poderá indicar oscilação de pronúncia ou inconsistência da representação fonética.

VOCALISMO

Na "Relação do Maranhão" se nos deparam grafias que correspondem a pronúncias registradas nos meios incultos cearenses, especialmente da hinterlândia. Êsses fatos são contraditórios em obras de autores lusos antigos, clássicos e anteclassicos.

Citamos os seguintes: a) Substituição de *a* por *e* nos vocábulos *rezão* e *menhã*; casos de dissimilação face à norma culta atual. Comparem-se, diacrônicamente, com as formas latinas originárias (*ratione* e *maneana*). Exs. do documento em análise: "... logo pela *menhã* rezavamos o itinerário..." (p. 78); "... com muitas *rezões* que p.^a isso lhe alegou..." (p. 108); "... cõ a qual ajejeuy toda cõdutãdo como era *rezão*..." (p. 103).

Da literatura regionalista cearense: "Negro cativo/não tem *rezão*" (C245); "A *menhã* 'stava bunita, tôda inuviada" (JM 57); "Não vi Vossa Incelença de *menhã*" (C 311); "quando a gente sai de *menhã*" (C 328). (9)

A propósito, cabe ainda a observação de que é antiga em Portugal a distinção entre *a* aberto e *a* fechado e que "a existência do *a*

fechado em português antigo se conclui da circunstância de representar-se, às vezes, em sílaba átona, *a* etimológico pela letra *e*, e vice-versa". (10)

Exs. da literatura anteclassica: "por cuja *rezom* os naturaaes", "por cuja *rrezam* os primeiros philosophos" (Zurara); (11) "*amenhá* lh'esquecerá", "então com *rezam* pudera", "culpa nam sendo *rezam*" (Garcia de Rezende). (12) Exemplos de quinhentistas; "levantando-me eu vi a *menhá* como se ergula fermosa", era já *menhá* crara" (Bernardim Ribeiro) (13); "que não é *rezão*" (Gil Vicente); (14) "porque nela, por *rezão*" (Crisfal) (15). Entre os seiscentistas: "não sei eu por ca *rezão*"; "Essa foi a *rezão* porque a outra fermosa", "que *amenhá* é terça-feira" (Francisco Manuel de Melo) (16).

b) *e* grafado *a* em *salvagem*, *Anrique*. Exs.: "... tudo está chelo de *salvagens*..." (p. 88); "... costumão ordinariamente esses *salvagens*..." (p. 89); "... recado do pe R^{tor} de Pernam.^{co} *Anrique* Gomez" (p. 107). Na linguagem inculta, rural e citadina, poderão ouvir-se: "Ó povo *salvage!*"; "Bebida *salvage!*"; "Seu *Anrique*, me dê mei litro de farinha"; "Eu tava mais o *Anrique* na bodega..." Zurara, na "Crônica da Tomada de Ceuta" usa esse nome próprio grafando-o *Anrique*, *Amriquez*, *Hamrique* e *Hamrique*. (17) No "Cancioneiro Geral" acham-se os nomes dos poetas Luís *Anriques* e *Anrique* da Mota e ainda o de *Anrique* de Sá. (18)

É comum na escrita arcaica e aparece mesmo entre os quinhentistas a troca de *en* por *an* e vice-versa. J. J. Nunes acha, porém, que a permuta citada no vocábulo *Enrique* pode ter sido importada do estrangeiro junto com a palavra, que é originária do velho alto alemão. (19)

c) o grafema *o* em lugar de *e*, como em *fermosa*, *preposito* — dissimilações ante a norma culta em vigor, próprias da fala inculta, em particular do cearense interiorano. Quanto à primeira forma, assinalamos, em perspectiva diacrônica, a dissimilação regressiva (latim *formosu* — *formosa*). Segundo A. do Prado Coelho: "*Formosu* — *fermosu* (arc.); donde *fremoso* (arc.)". É um caso de dissimilação que se verifica quando ocorrem dois *oo* em sílabas sucessivas, na mesma palavra". (20) S. da Silva Neto registra *fermoso* e *preposito* como arcaísmos, que "andam na bôca dos matutos". (21) Embora o povo cearense prefira, em geral, o termo *bonito*, o vocábulo *fermoso* poderá surgir no colóquio, especialmente o seu feminino — "Cabocla *fermosa!*" Lembre-se, contudo, o uso da expressão *famosa* ("cabocla famosa") nos meios rurais, aplicada à rapariga do povo, morena vistosa, atraente pelo físico. Exemplos colhidos na "Relação": "... q'he hua muy *fermosa* e quieta enseada..." (p. 99); ... "uma *fermosa* cruz de cedro..." (p. 111). O vocábulo surge muitas vezes na literatura portuguesa antiga. Exs.: "... que viestes a fazer, *fermosa* e só", "sobre seu *fermoso* cavallo", "regou as suas *fermosas* faces" (Bernardim Ribeiro); (22) "Senhora *fermosa*, deveis de saber" (Gil Vicente); (23) "sendo cordeira *fermosa*" (Crisfal); (24) "Essa foi

a rezão porque a outra *fermosa*”, “uma hora muito *fermosa*” (Francisco Manuel de Melo) (25); “e a luz *fermosa* do meu interior”, “e *fermosa*, que as manhãs de Abril” (Manuel Bernardes). (26). *Fremoso*, *fremosa* estão em obras do período anteclassico, cabendo citar: “... a *fremosa* e guardada maneira de escrever”, “e *fremoso* o mais que elle poder” (D. Duarte) (27); “Oh! que *fremoso* cidral!” (Cancioneiro Geral) (28); “por Deus, mia senhor *fremosa*”, “senhor *fremosa*, que vos fez” (D. Dinis). (29)

Propósito é menos usado que *tenção* nas falas dos níveis inferiores, mas também pode aparecer, entre a plebe, sob as formas *prepósito* e *perpósito*, corrompidas, não raro, no colóquio, no curso da elocução, em *prèpóys*. e *pèrpóys* “Êw táha nu *pèrpóys* di li dizê...” Nas mesmas situações, pode observar-se também na fala dos cultos a síncope exemplificada: “Êw táva nu *pròpóys* di li dizê...” Ainda podem ouvir-se *pròpó* e *pròpózu*. Encontra-se no manuscrito em análise: “... cõfirmãdoo em seu bom *preposito*...” (p. 108). Colhidos em Bernardim Ribeiro: “neste mesmo *preposito* aconteceo...” e em autores ainda mais antigos: “daquellas que teem *preposito* de guardar virgindade...”. “andam em mao caminho e em mao *preposito*...” (30) A troca do prefixo *pro* por *per* e vice-versa ocorrem também em regiões de fala espanhola, segundo regista Pedro Henriquez Ureña, no tocante à República Dominicana e outros países. (31) De onde a atribuição de caráter morfológico ao fato, antes que propriamente fonético, como se vê em certas obras.

d) o grafema *i* em vez de *e* nos vocábulos *mintira*, *mininos*, *tizoura*, *milhor*, *quiriam* ou *quirião*, de acôrdo com a pronúncia geral no Ceará dos vocábulos mencionados, e diferente do que se percebe em outras áreas do domínio lingüístico português, onde se poderão ouvir: *mentira*, *mêninus* ou *mèninus*, *mêlhór* ou *mêlhór*, *têzora* ou *têsôra*, *Kèriãw* ou *Kêriãw*. No caso de *milhor* tem-se considerado o *i* como devido à influência da palatal *lh* (latim *meliore*). Observe-se ainda a mudança fonética devida à assimilação, com respeito aos outros casos. Exs. extraídos da “Relação”: “... e juntamente levarão dous outros *mininos*...” (p. 100); “... com paz muito *milhor* os destruirão...” (p. 85); “... para sabermos se nos *quirião* lá...” (p. 86); “... machados, facas, espelhos, *tizouras* ec...” (p. 89); “... q’era falsidade certa *mintira* de hu indio...” (p. 106). M. Marroquim assinala a ocorrência fônica em Pernambuco e Alagoas. (32). Alguns exemplos colhidos na literatura portuguesa clássica e anteclassica: “outra *milhor* forma” (D. Duarte) (33); “como *milhor* sabe”, “ella he maior nem *milhor*”, “o tempo de nossa *mininice* (Zurara) (34); “O *minino* Jesus e o glorioso S. Diogo”, “Louvai *mininos* inocentes” (Manuel Bernardes) (35); “ca el *quiria* hir”, “*quiria* auer com elles conselho” (Fernão Lopes) (36). *Minttr*, *sintir* etc. são infinitivos que J. J. Nunes regista com a alteração vocálica do *e* em *i*, quando trata da metafonia em certas formas verbais (37). *Mintira* é pronúncia verificável ainda hoje em Portugal (Lopes Dias).

e) permuta de *o* por *u*, coincidente com a pronúncia geral dos cearenses, nem sempre encontrada no resto do País, fato êsse presente no manuscrito do P. Figueira nos vocábulos *coverto* e *custumava*. Exs.: “cõ esta capa se deu por bem *coverto*...” (p. 108); “nã *custumava* a beber fumo...” (p. 111); *Coverto* é grafia adotada, entre outros, por João de Barros, Frei Luís de Sousa, Vieira e Bernardes. Dois exemplos dêste último: “*covertas* de sangue”; “e mais arreyos *covertos* de joyas”. (38) As grafias *encuberta* e *coverta* podem ser observadas na “Crônica da Tomada de Ceuta” e em outras obras do mesmo período.

Na literatura arcaica aparece muitas vêzes aquela grafia do verbo *costumar*. Exs.: “nas flores mais *custuma*”, “algvas manhas *custumadas*”, “que a cavallo se *custumão* fazer” (D. Duarte). (39). Da literatura folclórica regional transcrevemos: “Eu tou é *custumado* a trevessá o Choró” (C 321).

É interessante observar-se a influência da escola sôbre a pronúncia brasileira, como os alunos, sendo forçados a pronunciar os vocábulos de acôrdo com a escrita, modificam a pronúncia originária, herdada, a autêntica, sem dúvida. Pelo menos, assim pensam filólogos como João Ribeiro e outros. No Ceará conservam-se, mais do que no Sul e outras áreas brasileiras, aquelas pronúncias do *e* e do *o*, em coincidência com o que grafaram velhos autores lusos, desde Zurara e D. Duarte até Frei Luís de Sousa e outros seiscentistas.

DITONGOS

Ei reduzido a *e* em *aldea*, *mea*, *chea*, *candea* ou *Cãdeas*, *dexavamos*, sugerindo coincidência com a pronúncia normal do habitante desta região nordestina. Exs. da “Relação”: — “... a receber seus parentes como legoa e *mea* antes de chegarmos a *aldea*...” (p. 84); “... que lhe mandamos *chea* de fumo...” (p. 90); “... os outros cõ suas *candeadas* acesas...” (p. 92); “dia de Nossa Sra. das *Cãdeas*” (p. 78); “... mas nã *dexavamos* de fazer bõ rosto” (p. 98); “... ao meyo do caminho *mea* legoa da *aldea*...” (p. 87) Said Ali, registrando o fato, acha que a pronúncia do português antigo devia diferir da moderna, pois “nã haveria motivo para dispensa do *i* ou *y* em tais dicções, quando em outras se fazia tanto uso e abuso destas letras” (40). Ponderamos, em aditamento ao que escreve o filólogo patricio, que a diferença referida pode concernir à pronúncia usual em áreas lingüísticas que nã a nordestina ou, mais seguramente, a cearense, onde o ditongo é reduzido em todos os níveis sócio-culturais, exceto quando ao mesmo se segue em hiato o fonema *o* (*u*) final. Regista-se, porém, a apócope do *o* nesses casos, nas falas inculta e semiculta coloquial (*meio* — *mei*, *correio* — *correi* etc..)

Ua no grupo *qua* aparece no documento em análise grafado *o* no vocábulo *quaresma*. Ex.: “... fuy goardãdo para a *coresma*” (p. 103). Na literatura folclórica regional encontramos: “Caro eu só admito é

ôvo em tempo de *coresma*". (SA 151). Numa "cantiga" (de Bernardim Ribeiro à Senhora Maria *Coresma*) surge a forma três vezes. (41) Esta grafia, que vem do período anteclassico corresponde à pronúncia inculta atual, especialmente de rurícolas, que também dizem *co-renta* por quarenta e *contia* por quantia, outras formas portuguesas arcaicas. M. Marroquim assinala a ocorrência em Pernambuco e Alagoas (42), bem assim A. Nascentes, no linguajar carioca (43) e J. A. Teixeira, em Goiás (44). *Coresma* vem do latim *quadragesima*; *co-renta de quadraginta* e *contia*, de *quantiva* (45).

O ditongo *iu* substitui *u* nas palavras *fruta*, *fruitazinhas*, *fruito*. Exs. da "Relação"; "... cõ estas cousas e *fruito* que faziã..." (p. 96); "nosso comer forão alguns *fruitazinhas* e peixe" (p. 103); "em que nem *fruitas* nem outras..." (p. 103). Essas formas são de uso corrente na linguagem inculta, sobretudo a rural, com exceção da última que só eventualmente poderá surgir, em virtude de se usar sempre *fruta*, e não *fruto*. Diacrônicamente encare-se a vocalização da consoante nas formas latinas *fructu* — *fructa*. Exs. de obras portuguesas antigas: "a bondade do seu *fruito*"; e "outras *fruytas* uerdes e secas" (Zurara) (46); "mas ela dará seu *fruito*..." (Crisfal); (47); "... em um certo *fruito*, *fruito* da ciência..."; "... que auela *fruta* que vos foi vedada..."; "... que sabes das *fruitas* as graças que tem..." (Gil Vicente). (48) Na literatura folclórica recolhemos: "Tronco, rama, *fruitas* e flô" (C 207); "Vou comê das *fruta* braba" (C 47); "As *fruta* deixando atraz" (C 97).

CONSOANTES

1 — R por l em grupos consoânticos reais (*fl*, *pl*): *frecha*, *frechada*, *prantar*, *frãdes*, de uso em níveis sociais inferiores, na época atual, e encontradiços em obras antigas da literatura portuguesa. Exs. da "Relação": "... p. lhe ver as *frechas* na mão" (p. 111) "... vinhão estes pobres sem arcos nem *frechas*..." (p. 78); "... e cõ as *frechas* nos peitos..." (p. 88); "... começão as *frechadas*..." (p. 99); "... e hua buceta de *frãdes* que lhe mandamos chea de fumo"... (p. 90); "... tudo o q'naquelles dias *prantassem*..." (p. 95); "... hua rossa p^a *prantar* de milho..." (p. 102); "... e a fiz *prantar* de milhos..." (p. 102). Da literatura folclórica regional: "*Prantou* o joêio em terra" (C 111); "*Pranto-lhe* o pé na barriga" (C 75); "... no dia que eu *prantá* a faca nos couro d'um..." (C 236). É exato que *plantar* (*prantar*) se acha aqui em sentido translato; é sinônimo de fincar, afirar, tacar. Mas na fala inculta, rural, poderão ouvir-se: "*prantei* uma roça", "*prantei* uns pé de macaxêra". Num diálogo popular recolhemos certa vez: "De que é êsse baú? — É de *frande*." Um caneco de *frande*, um baú de *frande* são sintagmas da fala popular corrente. *Frande* está aí por *fôlhas de Flandres*. Em nosso caso, além do fato registado, observam-se a apócope do s e a síncope do r na sílaba final, de acôrdo com a tendência elocutiva popular.

Frecha é comuníssimo nas linguagens inculta e infantil. Há mesmo um derivado da gíria cearense da Capital — *frechado*, com o sentido de azarado, caipora e, também, o de felizardo, portador de boa sorte (diz-se do indivíduo).

Na fala das pessoas cultas jamais se registra a troca do *l* pelo *r*, nos casos citados. O Padre Antônio Vieira usou a forma nos seguintes passos: "... e lançando o arco e *frechas* a seus pés...", "tomaram os principais Christãos os seus arcos e *frechas*..."; "... e logo uns e outros principaes quebravam as *frechas*..." (49) Do "Cancioneiro Geral" extraímos: "E estas laranjeirinhas... sam *prantadas*..." (Anrique da Mota); "em terem as cousas de *Frandes*" (Duarte da Gama). (50) Em ambas as primeiras edições dos "Lusiadas" ainda persistem da antiga linguagem as formas *pranta* e *Frandes* (51). *Prantar* por plantar ocorre ainda, em nossa época, na fala rural portuguêsã.

2 — Grafema *x* substituído por *c*, isto é, grafema correspondente à pronúncia alveolar (*s*) e não palatal, da fricativa surda na palavra *troucerão*, embora se encontre no mesmo documento, com idêntica freqüência, a grafia *trouxerão*. Exs.: "... depois de descãarmos nos *trouxerão*"... (p. 80); "... enfim dali nos *troucerão* a correr..." (p. 87); "... e nos *troucerão* logo muitos presentes..." (p. 87). A grafia *x* surge no passo seguinte, em outra pessoa do verbo: "... e o *trouxemos* a enterrar..." (p. 93). As normas culta e semiculta cearenses estabelecem essa pronúncia alveolar do *x* medial, em desacôrdo, certas vêzes, com o falar de outras regiões como a Bahia, onde ela é palatal em alguns vocábulos, a exemplo de *auxiliar*, *próximo*, *defluxo*. Entre os incultos cearenses podem ouvir-se: *trucéru*, *truvéru* e *truchéru*, bem assim, *truchemu*, *truve-mu* e *trucemu* (e tilado nos três casos). J. J. Nunes apresenta na língua arcaica as formas verbais *trouve*, *trouvera*, *trouvesse* e *truxo* (53).

METAPLASMOS

Prótese: *ajuntey*, *ajuntou*, *ajuntando*, *ajuntarem*, *ajuntar*; *avexassem*, *alimpavamos*; *assentarmos*, *assentados*. Exs. da "Relação": "... os não *avexassem* nem captivassem..." (p. 76); "... venham *ajuntar* essas avezinhas..." (p. 80); "... que se *ajuntarão* todas as pragas do brasil..." (p. 81); "... logo o principal nos *ajuntou* pela aldea..." (p. 87); "... de todas *ajuntey* as principais..." (p. 111); "... e persuadi se *ajuntarem*..." (p. 111); "... estavamos hu dia *assentados*..." (p. 83); sem nos *assentarmos* em todo o caminho...' (p. 79); "... nas quais *alimpavamos* as mãos..." (p. 83). Essas formas protéticas, comuns em autores portugueses antigos, são encontradiças na linguagem inculta, citadina e rural, não só do Ceará como de outros Estados brasileiros. Da literatura folclórica regional transcrevemos: "*ajunto* tudo num móio" (C. 151);

“é o mato não se *alimpá*” (SA 182); *alimpá* o meu feijão” (C 151); “dois cacundo não se *ajunta*” (C 220); “e foi lá êle que *ajuntou* o que!” (C 339); “cachorro por se *avexá* saiu c’os óio tapado” (C 334); “*avexado* na carreira” (SA 184); “Abre, planta e não *alimpa*” (C 217); “Se me *alimpo* sô facêro” (C 219); “Me *assentei* perante o povo” (C 25). Alguns exemplos da literatura antiga: “... *ajuntando* as mãos”...; “começou de *alimpar* o seu rosto...” (Bernardim Ribeiro); “A ceiar nos *assentamos*”... (Diogo Brandam) (54) etc.

Metátase: atromenta. Ex.: “... tãbem os *atromenta* muito o medo de se abrir a terra...” (107). *Tromento* por tormento, do latim *tormentu*, encontra-se na escrita portuguesa anteclassica, no português arcaico. Coexiste com *tormento* (“deu-me lugar meu *tromento*”) na écloga “Crisfal” (séc. XVI). (55) Na linguagem popular cearense, dos níveis incultos, são freqüentes *trumentu* e *atrumenta*. “*Lárgi di atrumentá us mininu.*” “Isu é um *trumentu!*” Vários casos de metátase são apresentados em obras lusitanas antigas, correspondentes a pronúncias nas normas incultas, máxime rurais, a exemplo de *detreminar* (determinar), *premitir* (permitir) etc.

Outro exemplo, também da linguagem inculta atual, é *agardeço* por agradeço: “... mas *agardeço* a divina bondade...” (p. 109); “... lhe *agardecerião* cõ boas obras...” (p. 108). Aparece essa transposição na literatura arcaica.

Afêrese: espertando. Exs.: “... pela manhã em *espertando* se levãtãõ ...” (p. 106); “... e *espertando* todos comessa a dizer...” (p. 108). *Espertar* por despertar é forma que pode surgir na fala popular corrente, sobretudo de incultos e semicultos. Observe-se, porém, que no campo semasiológico de despertar acham-se, nesses níveis sócio-culturais, as acepções de acordar, tirar do sono e de desentorpecer, “espertar”, tomado o último termo como estimular, avivar, tornar esperto. “O doente agora *espertou*”, isto é, acordou e se acha mais vivo, “esperto”. Como observou J. J. Nunes, “era freqüente no português arcaico a troca do prefixo *des* por *es* e vice-versa.” (56) Entre nós surgem bastante formas como *estruir*, *estruição*, embora com matiz semântico peculiar, na linguagem do povo.

Epêntese: Alamazonas por *Amazonas*. Exs.: “povoadas das *Alamazonas*...” (p. 77); “... as quais *Alamazonas* são mulheres...” (p. 77); “... como no rio e ilhas das *Alamazonas*...” (p. 97). Sincronicamente, em relação à norma culta, observamos o metaplasmo na fala de incultos, sobretudo rurícolas. Da literatura regional: “êste rio *Almazona*...” (TL 98).

Vocalização — *Fio* por filho, uma só vez no texto seiscentista: “... já q’lhe fazermos nascer seu *fio* lho baptizassemos”... (p. 95). Erro de copista? Ou já influência de articulação viciosa, ouvida habitualmente do indígena? Lembre-se que nos demais passos em que surge a expressão acha-se ela grafada corretamente.

Preferimos considerar a figura como vocalização antes que síncope, em virtude do que já se conhece acêrca de tais ocorrências, não

só no português antigo (Gil Vicente e outros) ,como na fala rústica, a qual há quem julgue influenciada aí pelo tupi (*lh = y; fiyo — fio* etc.). (57).

Desnasalação como em *salvages*, que se vê ao lado de *salvagens*, no documento em estudo; a primeira forma é a que se poderá surpreender na fala inculta, em nossa época. Exs. da “Relação”: “tudo está cheio de *salvages*...” (p. 88); “.. ordinariamente esses *salvagens*...” (p. 89); “... junto com serem *salvages*...” (p. 91); “... que os *salvagens* sahirão a nossa porta...” (p. 99). Encontra-se também *selvages*: “... várias nações de tapuyas *selvages*... (p. 88). Esta é a forma geral entre cultos e semicultos, atualmente, no colóquio normal. Exs.: “os *selvage* brasileiro foram exterminado”; “sujeito *selvage*, sem educação!” “um magote de *selvage*...” (verifica-se aqui a apócope do *s*, comum em todos os níveis sócio-culturais, na fala coloquial dos cearenses).

Aliás, a desnasalação do ditongo átono nasal, em fim de vocábulos — é mister observar-se — é regra geral no falar cearense. Dizem todos, no colóquio: *bobage, corage, viage, home, image* etc. Houve quem atribuisse o fenômeno a um substrato indígena, mas o certo é que o metaplasmo tem sido registrado, não só na linguagem portuguesa antiga, mas também na fala atual dos campônios beirões, alentejanos e de outras províncias lusas. (58)

No “Cancioneiro Geral” encontramos: “Outros *paje* vão chamar...” (Duarte da Gama) (59); em Francisco Manuel de Melo: “sou seu *page* e seu lacaio” (60); em Bernardim Ribeiro: “de perguntar a um *paje*...” (61). A forma *ome* (pl. *omees*) é comum na língua arcaica, às vèzes com valor indefinido, bem assim, a grafia *orde* (62).

3 — MORFOLOGIA

Acham-se na “Relação” alguns fatos que se enquadram às normas populares cearenses de nossa época, correntes mesmo entre os cultos; e outros, que são mais próprios da fala inculta, citadina ou rural. Quanto aos primeiros, são aqui apontados por serem distintivos com relação a falares de outras regiões brasileiras.

ARTIGO — O artigo indefinido feminino é ordinariamente grafado *hua, huas*, mas encontramos também *huma*. Exemplos: “... *hua* das quais he esta...” (77); “*huas* mulheres e meninas...” (p. 79); “... *hua* façanhosa cobra...” (p. 83); “... só seis ou sete chegarão por *huma* vez...” (p. 85); “... outra se arremessou a *huma* Índia...” (p. 83) O indefinido *alguma, algumas* acha-se escrito *algua, alguas*. Exs.: “... e *alguas* cousas de nossa santa fee...” (p. 95); “... que quisessemos pedindo-lhe *algua* cousa” (p. 96).. Deparamos também com a forma *nenhua*: “... elles não reconhecem *nenhua* superioridade...” (p. 97). Corresponderão talvez às pronúncias normais, atualmente no Ceará, em todos os níveis sócio-culturais: *ua*,

uas, awgua, awguas, neyua (e e u tilados nos cinco vocábulos). Não aparece nos vocábulos da "Relação" o til sobre o *u* mesmo nos singulares, o que não ocorre geralmente nos textos antigos. Exs.: ... "*hu* espelho e *hu* machado..." (p. 91); "... *algu* milho q'havia..." (p. 87); "... daí a *algus* dias..." (p. 105); "... *hus* diziam q'era a alma do padre..." (p. 107). Entretanto, registramos: "... vinha *hum* a quem elle mãdou pedir hua filha..." (p. 106); "... e que algumas roças q'ueria *alguns*..." (p. 106).

Convém observar, a propósito, que mesmo durante o século XVI a nasalação das formas femininas de *um* e dos seus compostos não tinha produzido ainda um *m* por assimilação incompleta, como vem a ocorrer no século XVII. De acôrdo com certos autores, a assimilação incompleta da nasal bilabial deu-se a partir do século XVI, mas na "Ortografia" (1734) de Madureira Feijó ainda se considera êrro prosódico a articulação. No "Fidalgo Aprendiz", de D. Francisco Manuel de Melo, é preferida a forma antiga, embora em outras obras de sua autoria apareçam indiferentemente as formas *ua* (*u* tilado) ou *uma*. (63)

Na "Relação do Maranhão", que foi escrita também na primeira metade do século XVII, parece ocorrer a mesma tendência ao uso das duas formas. Do numeral latino *unu* procede o artigo indefinido singular: *unu* — *uu* — *um* (em *uu* o primeiro *u* é nasalado); *una* — *ua* (*u* tilado) — *uma* (usado em outras áreas lingüísticas brasileiras que não a nordestina, encarada em sua fala normal). Aliás, segundo Nascetes, o *u* nasalado permanece em algumas falas populares de Portugal e no galego (onde se escreve *unha* sem dar ao *nh* a mesma articulação de certos falares brasileiros, como o carioca). (64).

PRONOME — *Tudo* por todos surge no documento ora estudado: "... q' *tudo* erão dos da Ybiapaba..." (p. 98). Vemos aqui o pronome que se aplica ordinariamente a coisas, referir-se a pessoas, o que não é estranho à obra de certos escritores, a exemplo de Castilho, Camilo e até a autores nossos como Raimundo Correia, entre outros. (65) M. Marroquim anotou o fato em Pernambuco e Alagoas. É comum na fala popular cearense.

O pronome *lhe* com valor plural, tido como característica arcaica, é o que ocorre ordinariamente na "Relação": "Vinhão estes pobres... perguntei-*lhe*..." (p. 78); "... a troco da qual *lhe* dão feramentas... e os ensinam..." (p. 77); "... se são homens as mulheres *lhe* comem a carne..." (p. 88). Nas falas incultas e semiculta de nossa época é o que, por via de regra, se adota.

ADVÉRBIO — O advérbio de lugar *aqui* é empregado como advérbio de tempo: "... *aquy* o moço meu companheiro me disse..." (p. 100). Na época atual, no Ceará, surge na conversação normal a ocorrência citada, embora menos vêzes do que *aí*, usado temporalmente. Exs.: "*Aqui*, êle parte pra mim." "*Aí*, eu voltei pra casa."

Antes, da norma culta em nossos dias, é substituído na "Relação" por *dantes*, forma preferida em níveis sócio-culturais médio e

inferior, no Ceará. Exs. do escrito seiscentista: "... *dantes* fugia de ti e agora não me posso apartar..." (p. 95); "... aonde *dantes* havia..." (p. 111); "... de como *dantes* disto estiverão..." (p. 101); "... e tinha já *dantes* cõvidado..." (p. 110). *Dantes* era usado por antes na linguagem antiga, com o sentido de antigamente, anteriormente, outrora. Um exemplo de Bernardim Ribeiro: "... tirar a frauta donde a *dantes* tinha..." (66)

No colóquio popular poderão ouvir-se frases como estas: "A gente de *dantes* era diferente..." — "Aonde *dantes* tinha um café." "*Dantes* tudo era melhor..."

Aonde, advérbio que é pouco usado pelos cultos, vem na "Relação" mais vêzes do que *onde*. Exs.: "... região e comarca do Maranhão *aonde* ha ..." (p. 76); "... fizerão casas *aonde* o nosso mantimento..." (p. 97). Também surge a forma *adonde* hoje exclusivamente usada em níveis culturais inferiores. Exs. da "Relação do Maranhão": "... uma casinha muy bonita de pindoba *adonde* me recolherão..." (p. 110). Soares Moreno, em escrito do decênio seguinte — a "Relação do Ceará" — usa *donde* por *onde*: "... aquele sitio *donde* já era feita..." (p. 181). *Aonde*, *donde* e *adonde* por *onde* (lat. *unde*) são formas encontradiças em obras portuguesas anteclassicas e clássicas, podendo registrar-se exemplos até em Vieira e Bernardes: "De *donde* eu fui criada..." está na écloga "Crisfal" (67). Said Ali ocupa-se do tema, focando o uso do advérbio sob essas formas na linguagem antiga, para expressar as noções locativa, elativa e diretiva (68). Nascentes menciona as formas adverbiais *onde*, *donde* e *adonde* no linguajar carioca. J. A. Teixeira refere *donde* e *dadonde* em Goiás E M. Marroquim observa a propósito: "No Nordeste, *onde*, *adonde* e *donde* condensaram-se na forma *adonde*. Segue-se facilmente o processo evolutivo: *onde* desapareceu bem cedo absorvido por *onde*, cuja preferência veio de tendência dialetal pelo acrescentamento de um *a* prostético às palavras. As duas formas que restaram, *aonde* e *donde*, soam ao ouvido como palavras perfeitas e autônomas. O povo não sente nelas a preposição. Ora, duas formas com o fim de indicar uma só idéia era um uso desnecessário. E as duas amalgamaram-se em *adonde*." (69)

Exs.: da literatura regionalista: "*Adonde*. No São Bento?" (C 338); "*Adonde*. A Serra? É ali" (C 343); "Eu teja *adonde* tivé" (C 334); "Pra *adonde* eu me virava..." (TL 156); "Pra *donde* não fô Ceará" (C 327). "*Aonde* êle achava jôgo." (C 122).

Depois por *depois* surge na "Relação", como no seguinte passo: "... *depois* destes me mandou outro..." (p. 104). A forma pertence às normas populares atuais no Ceará, e é pronunciada geralmente *dispôys*. Muitas vêzes, na fala inculta, encontram-se as pronúncias *adispôys* e *awdispôys*. Os cultos usam preferentemente *dêpôys*, mas também se poderá ouvir *dispôys*, como na fala carioca. A forma elocutiva *awdêpôys* ocorre, às vêzes, entre semicultos, bem assim, *awdês-pôys*, em menor escala. A grafia *depois* é encontradiça em obras de

autores das épocas clássica e anteclassica. J. J. Nunes aponta-a em textos arcaicos (70). Na "Crônica dos Feitos de Guiné, de Zurara, encontram-se os seguintes techos: "... caso em que ante nem *despois* esteve...", "mas *despois* em toda a sua vida..."; "os quaes *ao despois* fêz cavaleiro..." (71) Exemplos de outros escritores lusos: "E *despois* abriu a porta da câmara..." (Bernardim Ribeiro) (72); "A segunda appareço pouco *despoys*" (Bernardes) (73); "*Despois* de viver vida trabalhada" (Gil Vicente) (74); "... para que *despois*, desfeita no vestuário..." (Francisco Manuel de Melo) (75).

Na literatura folclórica cearense aparecem as grafias *despois*, *dispois*, *adispois* e *ao despois*. Exs.: "Ao *despois* de Deus querê" (C 31); "Pra *despois* enviuvá..." (C 29); "*Adispois* eu acho" ... (C 339); "Ao *despois* é que começa a voá..." (C 330); "*Adispois* dêsse café gordo" (TL 148); "Mas *dispois* arresolvi" ... (PV 33). O advérbio procede do latim *de exposit*.

Arriba, aliás, *ariba* surge na "Relação" não com o antigo sentido, registrado por Sousa da Silveira e outros, de "à margem, ao lado, ao pé" (76), mas com a acepção de *em cima, no alto, acima*: "... acabamos de chegar *ariba* as duas ou três horas..." (p. 84). Justo é, porém, frisar-se que o inculto cearense não diria, no caso, propriamente *arriba*, e sim em *riba*: "acabamos de chegar *em riba* às duas ou três hora..." Entretanto, na literatura regionalista se nos depara a seguinte oração: "que me subia puro corpo *arriba*..." (JM 58). É expressão muito antiga, que aparece em "Foros de Castello Rodrigues" (1209). *Arriba* vem de *ad+riba*. Antenor Nascentes registra como advérbio de lugar "em riba ou em cima", no linguajar carioca. *Em riba, por riba* são locuções de uso freqüente nos níveis sócio-culturais inferiores, dentro do mesmo campo semântico, mas nunca aparecem na fala culta.

A contração de *com*, preposição, com o artigo definido masculino, evitada pelos cultos, aparece na "Relação": "... *c'o* olho e ouvir as boas novas..." (p. 91); *c'o* o medo os trouxessem" (p. 79). O comum, porém, não é verificar-se a contração: "... *cõ* o principal de nossa gente..." (p. 84); "*cõ* a gente da terra" ... (p. 87); "*cõ* o golpe feito..." (p. 88); "*cõ* os nossos moços..." (p. 84) etc., etc. Encontram-se exemplos da contração na linguagem antiga, inclusive no próprio Camões. Sem esquecer a intercorrência de uma necessidade poética, trazemos à baila os seguintes casos: "... e falar *c'o* ortelão desta orta" ("Cancioneiro Geral"); (77) "... porque por seu mal, não pôde *co* bem..." e "Queria falar um pouco *co* mundo" (Gil Vicente) (78) Nascentes registra *co* antes de vogal, no linguajar carioca. Na literatura regionalista cearense é comum a grafia *c'o*. Exs.: "... e bato *c'o* coice do rife" ... (C 325); "... com ameaça de acabá *c'o* bále..." (C 326); "Antes brigá *c'o* gunverno..." (C 62); "Ande Chiquinha *c'o* doce!" (SA 103); "Cachorro por se avexá nasceu *c'os* óio tapado" (C 334); "Home *c'os* diabo..." (TL 145). As contrações com os indefinidos *um* e *uma* não são estranhas à linguagem antiga. Em "O Fidalgo

Aprendiz" emprega-as Francisco Manuel de Melo (79). Exs. da literatura folclórica regional: "Se converso *c'uma* moça" (VN 20); "Que isso *c'um* de nós se desse" (VN 163).

Pollo, polla, pollos, pollas são grafias que corresponderão às pronúncias populares, dos cearenses incultos: *pulo, pula, pulos, pulas*. Na "Relação" encontram-se: "... *pollo* trabalho daquelle dia..." (p. 86); *pollas* continuas chuvas..." (p. 81); "... hua cobra que vinha voando *pollos* ares..." (p. 93). Vêem-se, contudo, na obra referida, as formas *pello, pellos, pella*. Exs.: "... *pello* que a necessidade..." (p. 82); "... se metterão *pella* terra..." (p. 77); "... *pellos* quais queríamos passar..." (p. 98). Registrem-se ainda as grafias *plo* (pp. 108 e 109) e *pla* (p. 109), ainda hoje usuais entre os lusos e incomuns no falar cearense.

Em português antigo havia *por* (do latim *pro*) e *per* (do latim *per*). *Por* tomou as funções sintáticas da antiga preposição *per*, que apenas surge hoje nas combinações com o artigo definido e com o pronome demonstrativo átono (*pelo, pela* etc.) e nas locuções usuais *per si, de permeio* etc. As combinações de *por* com o artigo definido e com o pronome demonstrativo átono (*polo, pola, polos, polas*), frequentes na língua antiga, não são empregadas na moderna culta. (80) O desaparecimento de uma das preposições seria devido à pronúncia muito parecida dos dois vocábulos átonos, prevalecendo a partícula que, pelas oportunidades da sua aplicação, se usava com mais frequência. (81)

"*Pollo* qual stando vossa mercee" acha-se na "Crônica dos Feitos de Guiné" (82); "mãe senhor, *polo* amor de Deus", em "Cantigas d'El-rei D. Dinis" (83); no "Cancioneiro Geral": "*Polas* mui grandes montanhas", "*Polas* mui asperas vias..." (84); no "Breve Sumário da História de Deus": "Julgai *polas* obras e não *pola* côr" e "*Pola* rua da amargura" (85). Da écloga "Crisfal" transcrevemos: "Destes, *polo* meu pecado", em que *por* tem sentido causal (*polo* = *por+lo*). (86) A propósito, lembramos o que Sousa da Silveira considera sobre a combinação do pronome arcaico *lo, la, los, las*, objeto direto de um infinitivo, com a preposição *por, per*, regente do mesmo infinitivo. (87)

LOCUÇÕES (adverbiais e prepositivas)

Obra de, evitada pelos cultos e de largo uso nas camadas populares, atualmente, surge mais de uma vez. Equivale a *cêrca de*, aproximadamente, *perto de*. Exs. da "Relação": "... *q'obra de* duas ou três legoas..." (p. 81); "... *obra de* sessenta Índios..." (p. 76); "... *obra de* uma quarta de farinha..." (p. 103); "... *obra de* 20 ca-sais..." *Cousa de* aparece com sentido idêntico na produção de Luís Filgueira: "... *cousa de* cinco legoas..." (p. 86). Aceita-a a norma culta, em nossos dias.

Exs. da linguagem popular corrente: “obra de uma meia quarta de farinha...”, “obra de vinte palmos de largura” etc., etc. “Há coisa de uns três anos...” recolheu Leonardo Mota no sertão cearense. (C 361). “Há cousa de uns três anos” dirão os cultos. *Obra de* ainda é expressão do uso lusitano, na Beira Baixa (Lopes Dias).

Por detrás — O exemplo seguinte, colhido no documento seiscenista: “o q’ p. *detráz* anda murmurando de my...” (p. 112), corresponderá na norma culta atual a: “o que *por trás* anda murmurando de mim”. “Anda falando de mim *por detrás*” tem acento popular, plebeu. “Acostada *por detrás*” (C 37) e “saiu *por detrás* da casa” (C 47), da fala rural, são substituídos, não raro, entre os cultos por “encostada *atrás*” ou “encostada *por trás*” e “saiu *por trás* de casa”, respectivamente. Observe-se o que anota Said Ali a respeito do uso de *atrás* e *detrás* por velhos escritores lusos, entre êles João de Barros e Camões; especialmente da segunda forma, em discordância com o falar hoje corrente, mas ainda usada por autores como Eça de Queirós. (88) *Atrás* vem de *ad+trans* e *detrás* de *de+trans*.

De primeiro — Corresponde a outrora, antes, a princípio, antigamente. Não é locução da norma culta, mas ocorre bastante nos níveis sócio-culturais médio e inferior. Na “Relação” está: “... mancebo q’foi cõ os indios aos tapuyas *de primro*...” (p. 90). Inicia-se o romance “D. Guidinha do Poço”, do autor cearense Oliveira Paiva, com as seguintes expressões: “*De primeiro* havia na ribeira do Curimataú...” (p. 15). Apontam-se vários exemplos do emprêgo da locução por autores antigos, como na “História Trágico-Marítima” (3,16): “*De primeiro* tivemos o tempo tão quente e calmoso...” (89)

Por amor de é corrompido em *pro mó de* (*pru módi*) nas classes incultas, sobretudo rurais, as únicas a usá-la com o significado que aqui apontamos — por causa de, a fim de, para, devido a. Aparece na “Relação”: “... nos hiamos *por amor* delles...” (p. 92). O caboclo cearense diria: “nós ia *pru módi* êles...” Outro exemplo do manuscrito em estudo: “... *P. amor do* pe sahi eu...” (p. 112). M. Marroquim, ocupando-se dos falares pernambucano e alagoano, assegura que a locução *pru mode* “é vulgaríssima e das mais características do falar matuto” e que “o povo emprega constantemente *a modo que*, deturpada em *a mode que*, *mode que* ou somente *mode*, por analogia com *pru mode*, vindo de *por amor de*” (90). J. A. Teixeira considera que “*pra móde* — contração de *por amor de* — tem sentido causal e final no linguajar goiano e que se simplifica também em *módi*”. (91) Êsses fatos dão-se com freqüência no Ceará, nas classes incultas. Exemplos retirados de obras folclóricas: “Ô home, é *pra mode* se passá as escritura...” (C 306); “... *mode* eu esplicá...” (C 306); “... come carne de peba *mode* não perdê a corage” (SA 96); “... me mande a nutiça que é *pra mode*...” (TL 157).

Por amor de acha-se na “Crônica dos Feitos de Guiné”, de Zurara, e em outros escritos antigos: — “Que o forte do rio Tapocuru se fez

por amor dos salvagens não virem pello rio abaixo...” (Trecho de umas “Informações e Avisos de Antônio Monis Barreiros sôbre o Ceará e o Maranhão” (2 de agosto de 1623). (92). João Brígido, historiador cearense, usou a expressão em “Ceará — Homens e Factos”. Também o fez Oliveira Paiva, nos romances regionalistas “A Afilhada” e “D. Guidinha do Poço”. Já tivemos oportunidade de registrar o uso da locução em francês, no mesmo campo semântico a que ora nos referimos. (93).

As locuções do falar atual de níveis sociais inferiores *a cabo de e a roda*, usadas, respectivamente, por *ao cabo de e em redor, em volta, em tôrno*, encontram-se na “Relação”: “... *a cabo de* hu mez tornarão...” (p. 89); “... se lhe ajuntarão as mulheres *aroda*...” (p. 90). Dirão atualmente os incultos: “*a cabo de* um mês voltaram...” e “se ajuntaram as muié *em roda* dêle...” Preferirá a norma culta: “*ao fim* de um mês voltaram” e “juntaram-se as mulheres *em redor dêle*”, respectivamente.

No que concerne às flexões, tanto nominais como verbais, não se verificam, no documento citado, as simplificações e reduções próprias das normas populares cearenses, em nossa época, mormente incultas. Os femininos, os plurais; as pessoas e os tempos do verbo estão, em geral, de acôrdo com as prescrições gramaticais.

Apenas destacamos a pluralização de *gente* em casos não admitidos pela norma culta atual, mas pertencentes às normas dos níveis sócio-culturais médio e inferior.

Na “Relação do Maranhão” se nos depara a seguinte frase: “... por que não tínhamos *gentes* que bastasse...” (p. 89). Os rurícolas cearenses costumam dizer: “*Gentes*, se abanque!” ou “*Gentes*, venha ver!”. Da literatura folclórica trasladamos: “*Gentes*, que fim levou o Bastião?”; “*Gentes*, pois não levaram também a Raimundinha?” (94). De um culto poderão ouvir-se: “O que é isso, *gente*?!” “... e por que não tínhamos *gente* que chegasse”...

Quanto à formação de palavras, apresentamos a composição *de-comer* (de+comer), circulante nos meios populares da região, sobretudo campestres. Poderá ver-se no manuscrito em análise: “... lhe dão muy *decomer*...” (p. 88). Da literatura folclórica regional transcrevemos: “O *dicomê* tá botado” (C 328); “*dicomer* sem sal” (C 332); “O *dicomê* fica na mesa...” (C 352). (Observe-se que o cearense não pronuncia, normalmente, a vogal da preposição *de* com o timbre aberto ou fechado (*dê* ou *dé*), e sim, reduzido (*di*).

4 — SINTAXE

Não se apresenta na “Relação” a maioria daqueles fatos de sintaxe, característicos dos falares cearenses atuais e tidos como errôneos, ou solecismos, pelos portugueses.

A topologia pronominal nesse antigo manuscrito não se distancia da “norma” portuguesa culta. Nenhum caso de início da oração pelo pronome oblíquo átono (“*Me dê o pão*”), de falta de atração do

pronome oblíquo pela negativa (“você *não* pagou-*me*”); apenas um exemplo de ênclise com o *que* subordinativa integrante: “... não queria mais q’ virme ao mar”... (p. 102). Vê-se também um caso de duplicação da negativa, negação pleonástica, fato sintático comum à língua arcaica: “... elles *não* reconhecem *nenhuma* superioridade...” (p. 97).

Todavia, não surge o pronome em caso reto na função de objeto direto (eu vi êle, não achei ela), prática esta, que declinou a partir do século XVI, mas era familiar aos nossos colonizadores e ainda hoje constitui particularidade característica do linguajar brasileiro.

Passíveis de encontrar-se na fala popular, de incultos e semicultos, são certas construções em que, como em francês, o particípio passado de um verbo transitivo, em tempos compostos, concorda com o complemento direto que o precede, contrariando a norma culta atual. Particípio variável nas formas compostas dos verbos, característico da linguagem arcaica. Exs. do manuscrito do Pe. Figueira: “... a ferramenta que *tinhamos emprestada* aos índios...” (p. 100); “... algumas cousinhas de pouca importância q’*tinhamos mandadas*...” (p. 100); “... estão todos juntos para o qual acto os *tinha convidados*...” (p. 95); “... pelos serviços que *tinha feitos* com sua gente...” (p. 92).

“Não costumava a beber fumo” (p. 111) é um tipo de regência que pode ser observado entre os rurícolas, mas nunca em níveis sócio-culturais superiores. Dois exemplos da “Relação”, em que se verifica elipse da preposição *em* regente de *que*, comum ao falar do povo cearense: “... no tempo q’eu estava na rossa...” (p. 104); “... o dia q’*chegamos*...” (p. 79). Essa ocorrência foi registrada também no Rio de Janeiro, em Goiás e outras regiões brasileiras.

Encontram-se no documento seiscentista casos como os que se seguem, considerados ainda hoje pelos gramáticos como de bom estilo — “reforçar o pronome objeto com o pronome oblíquo correspondente, ou ainda com o pronome *êle*, precedidos um e outro da preposição *a*”. (95) Exs.: “... sem o conhecer a elle...” (p. 87); “p. a nos virem matar a nos”... (p. 98); não lhe agradeço a elle...” (p. 109); “... me livrou D. a my...” (p. 83).

O emprêgo de um tempo ou modo verbal por outro foi por nós observado apenas em um passo da “Relação”, embora seja encontrado na linguagem de autores antigos, como na do povo cearense, à época atual.

O uso do pronome dativo *lhe* em lugar do pronome acusativo *o*, *a*, *os*, *as*, com os verbos transitivos diretos, corrente na fala popular não só cearense, mas brasileira, não se verifica no documento seiscentista.

Tanto nos casos de concordância nominal como verbal, o autor do manuscrito apresenta ligeiras infrações às regras gramaticais, que poderão resultar de descuido de copista ou desleixo do próprio Pe.

Figueira. Exs.: “*hu dos nosso*” (p. 77); “... *outro ocasião* avera em q’ poderão vir...” (p. 107); “*algus fruitazinhas* e peixe sem outra cousa...” (p. 103).

No campo do que se convencionou denominar “silepse de número”, em que há concordância ideológica — quando o pronome *tudo* ou um coletivo no singular, por exemplo, não concordam em número com o verbo — podem incluir-se vários exemplos da “Relação”. Citamos os seguintes: “... *tudo erão* dos da Ybiapaba... (p. 98); “... aquella desemperada *gentilidade* e fazermos com q’se *lançassem*...” (p. 76); “... com outra *gente* com intento de *roçarem* no caminho...” (p. 96); “... e dos q’ficarão *a metade* se tornarão e vindo *forão* mortos e captivos dos tapuyas...” (p. 85). Esse tipo de concordância dita “anômala, por atração, por afetividade” verifica-se na literatura portuguesa antiga, como no falar inculto dos campônios e mesmo do povo cearense em geral, no colóquio. Ex.: “um *magote* de jagunços *andam*...” (TL 129).

Não ocorrerá, decerto, no falar cearense, inclusive dos cultos, o emprêgo do pronome em frases como as seguintes, que ainda hoje constroem os lusitanos: “... q’ *lhe não* chegasse a carne...” (p. 83); “... por *lho* ter dado outro...” (p. 85); “... que por isso *se lhe* fora a dor de cabeça...” (p. 85); “... p’as ensinar a sua *molher lhas* perguntava...” (p. 85) etc., etc.

Entretanto, recolhemos diversos exemplos de locuções verbais, em que, ao contrário do que sucede na construção portuguesa atual, o gerúndio está em lugar do infinitivo regido de preposição: “*nos estava esperando* o principal...” (p. 84); “... *se foi cõnosco fogindo* da fome...” (p. 86); a voz de uma cobra que *vinha voando* pollos ares...” (p. 93); “... *sahio pregando* com grande fervor...” (p. 95); “... *foi cõ* as tripas fora *enchendo* o caminho de sangue...” (p. 99); “... q’estava *morrendo*...” (p. 100) “... anda *murmurando* de my...” (p. 112); “... *estavamos hu dia* assentados e bem cansados o pe. e eu *comendo*.” (p. 83).

Sintaxe esta, que usaram escritores lusos antigos e é corrente nos falares brasileiros, destacadamente do Nordeste. Paiva Boléo registra-a também em Portugal, atualmente, no falar meridional: “*esteve dezendo*” por “*esteve a dizer*”. (96)

O indefinido *pouco*, no plural, surge na “Relação” em função adjetiva, precedido do artigo, na seguinte frase: “*huas poucas* raizes de ervas” (p. 83). Todavia, o mais comum é se *lhe* pospor a preposição *de*, além de anteceder-lo o artigo indefinido plural: “*huas poucas de* raizes de mandioca” (p. 84); “*hus poucos* de indios” (pp. 97 e 101). Observe-se, contudo, a diferença de sentido que, na fala popular de hoje, existe entre a primeira frase e as outras, em que o substantivo é regido pela preposição. *Uns poucos de* equivale atualmente a uma boa porção, uma quantidade apreciável, e não a uma pequena quantidade ou um pequeno número, como *uns poucos* seguido logo pelo substantivo.

L É X I C O

TÉRMINOS INDÍGENAS

Nomes comuns que se lexicalizaram: *araras*, *cajus*, *canindés*, *mingaos* (*mingaus* na grafia atual), *maniçoba*, *morobixabas* ou *morubixabas*, *mandioca*, *machacheira*, *maracás*, *tapuyas* (*tapuias*) *tujupares* e *tugipares* (*tijupares* na grafia moderna), *urucu*, *pindoba*.

Nomes que não foram incorporados à linguagem nacional, nem à regional: *crejupe* ("que he o seu modo de dar as boas vindas"), *querimbaba* (principal, valente), *abará* (padre), *nheengaraybas* ("mestres de capella").

Exemplo dos primeiros: "... como *canindés*, *araras* de varias castas..." (p. 76); "... por medo dos *tapuyas*..." (p. 77); "... viemos a lâçar mão da *maniçoba* brava..." (p. 82); "... raiz da *mãdioca* brava assada..." (p. 82); "... de raizes de *mãdioca* a q'chamão *machacheira*..." (p. 84); "...p^a nossas choupanas ou *tugipares*..." (p. 86); *maracás* ("q'são uns cabaços com hus feijões dentro") (p. 87); "... avia mortes de grandes e *morubixabas*..." (p. 96); "... alguas castanhas de *cajus*..." (p. 103); "... era costume dos grandes *morobixabas*..." (p. 109); "... casinha muy bonita de *pindoba*..." (p. 110); "... e elle todo almagrado cõ *urucú*..." (p. 111); "... hus *mingaos* de *mãdioca* brava..." (p. 112); "... chegar aos *tujupares*..." (p. 86). Exemplos dos segundos: "*crejupe* que he o seu modo de dar as boas vindas..." (pp. 79-80); "era *abará* ou padre" (p. 88); "algumas *nheengaraybos* ou mestres de capella..." (p. 94); "já tinha fama de *querimbaba* e valente..." (p. 108).

Etnônimos: *jagoarigoaras* (p. 78); *pitiguares* ou *petigoares* (pp. 94 e 97); *caririjus* (p. 98); *tapuyas* (pp. 90, 98 e *passim*), *Alamazonas* (p. 77).

Topônimos: *Abayara* (p. 102); *Aracategi* (p. 82), *caeté* (p. 108), *Ceara* e *Ceará* (rio) (p. 110), *Alamazonas* e *Amazonas* (rio) (p. 77), *Maranhão* (p. 76), *Pernambuco* (pp. 76 e 77), *Jagoaribe* e *Jaguaribe* (pp. 77 e 79), *tapucuru* (hoje *Itapicuru*) (p. 77), *Ibiapaba* e *Ybiapaba* (pp. 78 e 80), *Pará* (pp. 79 e 92). Alguns desses topônimos são grafados, às vêzes, com iniciais minúsculas.

Antropônimos: *mandiaré* (p. 97), *carajbpocu* (Antonio) (p. 99), *acaiuy* (p. 79), *carepecu* (p. 103). Certos nomes de indígenas aparecem em versão portuguesa; *cobra azul* (p. 90), *diabo grande* (p. 86), *diabo ligeiro* (p. 86), *algodão* (p. 91), *lagartixa espalmada* (p. 111), *milho verde* (p. 90).

TÉRMINOS EXÓTICOS: *jangadas* (origem malaiala) (97), *batata* (origem taina, do tido aruaque) (98), *mamaluco* (origem árabe),

bugio (origem árabe?). (99). Exs. da "Relação": "... buscar paos para *jangadas*..." (p. 82); "... tinha dito a um mancebo *mamaluco* (p. 85); "... mandioca, *batata* e tudo o mais..." (p. 76); "... contão infynidade de bichos que se domesticão como *bugios*..." (p. 76). O termo *brasil* aparece, tanto de referência à madeira tintória como ao país sul-americano: "... q'não ha pao *brasil*..." (p. 76); "... a mesma língua comua do *Brasil*..." (p. 77). Forma usada antes do século XVI, conferem-lhe, entre outras, origens germânicas e italiana. (100) A verdade é que a palavra aparece em documentos anteriores ao descobrimento de nossa pátria e a procedência germânica de *brasa* pode ser contestada.

TÉRMINOS, EXPRESSÕES DO USO POPULAR ATUAL

Conservam íntegra a acepção que lhes atribuiu o Padre Luís Figueira ou apresentam ligeiros matizes semânticos.

Agastar-se — zangar-se, pôr-se de mal. Usado nos meios inculto e semiculto. O culto prefere, em seu lugar, os verbos zangar, aborrecer, irritar, na passiva. Transcrevemos do documento ora examinado: "... muito *agastado* e agravado..." (p. 112); "... *agastado* e enfadado..." (p. 107); "... que vinha *agastado* cõtra o pay..." (p. 109). Gil Vicente escreveu: "Não te *agastes* tu comigo..." (101) Da literatura popular cearense: "Cantadô, quando eu me *agasto*" (C 176); "O home, tando *agastado*..." (C 210.)

Agravar, agravar-se — v. t. e p. — ofender, ofender-se, verbos êstes que prefere a norma culta. Não raro, na forma pronominal adquire as acepções de queixar-se, zangar-se, ficar ofendido, manifestar descontentamento, em níveis sócio-culturais inferiores, especialmente entre rurícolas. Exs. da literatura folclórica regional: "Ô cumpade, não se *agravei* de mim, não!" (C 355); "si ocê se *agravá*"... (C 355); "Eu não *agravei* a êle e nem êle me *agravou*..." (VN 39). J. A. Teixeira apresenta, no linguajar goiano, quatro acepções de agravar: ofender; não gostar, não apreciar; zangar (com); cansar. (102) Destas, apenas a primeira e a terceira são comuns, no Ceará. Os cultos optam pelos seguintes modos expressivos: "... *não tenha* queixa de mim, não!"; "... não *fique queixoso* de mim, não!"; "... não se *zangue* comigo, não!"; "... não se *aborreça* comigo, não!"; "... não se *ofenda* comigo, não!". O termo foi usado com sentido análogo ao que lhe dão os incultos cearenses por autores antigos, inclusive D. Duarte, no "Leal Conselheiro" (... "nem a outra pessoa del nos *agravavamos*..." (103). Na obra de Manuel Bernardes surge em passos como êste: "... o furor de um Rey moço, e com armas, *aggravado*..." (104). Bernardim Ribeiro incluiu-o no mesmo campo semântico, no seguinte trecho do seu "Menina e Moça": "... ua graveza de presença *agravada*..." (105) Exemplos da "Rela-

ção do Maranhão: "... comerem os de q'se dão por *agravados*..." (p. 105); "... muito agastado e *agravado*..." (p. 112).

Aparelhar — Este verbo aparece inúmeras vezes na produção de Luís Figueira, não só no infinitivo, como também no particípio passado, no pretérito perfeito do indicativo e outros tempos, com as acepções de *preparar*, *aprontar*, etc., termos êstes que são, ordinariamente, os empregados pelos cultos. Exs. recolhidos no documento seiscentista: "... logo os fizemos *aparelhar*..." (p. 85); "... q'para isso tinham *aparelhado*..." (p. 84); "... e achando mto. mal *aparelhamolo*..." (p. 93); "... a esperar que elles se *aparelhassem*..." (p. 102); "... e em eff.^{to} se *apparelharão*..." (p. 102); nos *apparelhavamos* e *dispunhamos*"... (p. 88).

Os incultos corrompem o vocábulo em *apariar*, *apariado*, etc. Ex. da literatura folclórica: "Eu não estou é *apariado* a aguentar desaforo." (C 366). L. Mota definiu o termo, no caso, como *disposto* complacentemente, matiz semântico que realmente adquire, por vezes. O culto diria em idênticas situações elocutivas: "não estou é *pronto* a agüentar desaforo..." ou "não estou é *disposto* a aguentar desaforo"... Encontra-se em Bernardes o seguinte passo: "Isto assim *aparelhado*, fazia por indústria de alguns criados..." (106). Na "Crônica da Tomada de Ceuta": "... que lhe os deoses tijnam *aparelhada*..." (107).

Apartar por separar, afastar, verbos êstes preferidos na norma culta, em certos contextos situacionais. Exs. da "Relação": daquy nos *apartamos* do mar... (p. 80); "... e agora não me posso *apartar*..." (p. 95); "... *apartasse* delle como se nunca fosse seu marido..." (p. 94). Da literatura folclórica cearense: "Quando de ti me *apartei*/ Os astros se demudaram" (C 107). Na "Crônica da Tomada de Ceuta": "... e *apartousse* com elle dizendo..." (108).

Aposentar — morar, viver, habitar. Exs. da "Relação" "... aquy achamos *aposentados* os indios q' proximamente tinham fogido aos portugueses..." (p. 79); "estando *aposentado* dali a legoa e mea"... (p. 112). Com estas acepções poderá surgir na fala de anciãos residentes no meio rural. Na norma culta atual o termo *aposentado* circula apenas de referência ao indivíduo "reformado com sôlido ou ordenado por inteiro, ou parte dêle" ou àquele que deixou o serviço por ter completado o número de anos exigido por lei ou por motivo de invalidez definitiva, continuando a perceber vencimentos. Por extensão de sentido, não raro em tom burlesco, diz-se hoje, ainda, da pessoa que se acha afastada, depois de muito tempo, do exercício constante de uma atividade funcional, ou prática, às vezes, degradante. Todavia, confessamos haver-nos ocupado dêsse termo, tendo em mira trazer à baila outro, do mesmo campo semasiológico, circulante na linguagem antiga e hoje conservado apenas na fala campônia — o termo *assistir*. Não se acha na obra do Padre Figueira mas pode ser visto na "Relação do Ceará" de Soares Moreno, escrita no decênio seguinte do século XVII. Exs.: "... onde

sempre *assisti* com muitos trabalhos...” (p. 181); “... me mandou fosse *assistir* nela...” (p. 184). Com o sentido de comparecer, estar presente, residir por algum tempo, acha-se em Manuel Bernardes e outros. No “Cantadores”, de Leonardo Mota, encontra-se “... que *asste* lá na Várzea Alegre...” (C. 350).

Cobrar — adquirir, recuperar: “*cobrey* fama de liberal...” (p. 103). Expressão freqüente nos meios populares, destacadamente rurais. *Cobrei sustança, cobrei fôlgo, cobrei corage* são sintagmas verificáveis na elocução sertaneja. Com estas acepções não é usado na linguagem culta, que emprega o verbo, ordinariamente, com o sentido de “receber o pagamento”. Exs. de sintagmas da norma culta: “*cobrar a conta*”, “*cobrar uma dívida*” etc. Com significado idêntico ao das normas populares usaram a expressão autores antigos como Zurara, D. Dinis e outros da época anteclassica. “E os christãos tanto que conheceram o Iffante, *cobraram* esforço”. (107) J. J. Nunes, na “Crestomatia Arcaica” (glossário final), registra *cobro* (s. m.) — ação de cobrar ou recuperar, na linguagem arcaica. Em uma “Cantiga” de Bernardim Ribeiro à Senhora Maria Coresma surge no passo: “eu perdi-me nela mesma/pera nunca me *cobrar*”, em que há sentido análogo. (109)

Couce — retaguarda, parte posterior de uma cousa. Ex. da Relação: “... os salvagens sahirão a nossa porta que estava no *couce* da aldea...” (p. 99). O vocábulo com a forma *coice* circula ainda nos meios rurais com essas acepções. Os cultos ou os cidadãos em geral aplicam ao termo apenas o sentido de “golpe dado pelos animais com a pata para trás”. Por extensão, às vezes burlesca ou irônicamente, ao ser humano, não só em sentido físico, como em acepção translata, de ordem espiritual. Da literatura folclórica regional: “Tôda de-manhã quando era pr’eu dá água às cabra no riacho, êle ia no meu *coice*...” (TL 156). Na fala sertaneja, no linguajar dos vaqueiros surge, não raro, a expressão *coice*, correspondente ao *couce* do documento seiscentista. Ainda hoje se diz dos vaqueiros que vão à retaguarda da boiada, que são os do “coice”. Em “Terra de Sol”, Gustavo Barroso escreve: “Cercando o gado, quase na frente, seguem os “cabeceiras”, ao meio, “os esteiras”, mais atrás, os “costaneiras” e, por fim, na retaguarda, os do “couce”. (TS 49). Outro exemplo do folclore cearense: “bato co *coice* do rife...” (C 325).

Cuidar — por julgar, pensar, da norma culta atual. Ainda hoje os rurícolas usam bastante o termo, nas mesmas acepções encontradas no documento ora estudado, corrompendo-o, por via de regra, em *coidar*. Ex. da “Relação”: “... aonde *cuidavamos* que pelo menos nos fartariamos de farinha...” (pp. 83-84); “... e *cuydando* q’estavão em hu porto...” (pp. 112-113).

Com a acepção aludida foi usado o termo por autores antigos, podendo citar-se êstes passos do “Menina e Moça”, de Bernardim Ribeiro: “... os poucos dias de vida que eu *cuidei* me sobejavam”,

“Senhora, não *cuidei* que vinha”...; (110) e êste trecho das “Cantigas d’El Rei D. Dinis”: “... mais de mil vazes *cuidei* já...” (111) Exs. da literatura regionalista: “*coidavam* que esta sêca...” (C 333); “eu *coidei* que daqui lá” (C 328); “*cuidei* que ele trazia aqui-lo...” (TL 181); “... já tão *coidando* na treição...” (327); “*cuidei* que desse por quatro vintém” (C 353).

De um matuto diz Leonardo Mota que “à primeira vez em que viu pão de farinha de trigo, procurou descascar, *coidando* que fôsse fruta...” (VN 246).

Ético — tuberculoso, tísico. Ex. da Relação: “Morreu *etico* muy bem aparelhado...” (p. 92). Poderá surgir na fala de semicultos, entre pessoas idosas, especialmente. Ureña regista o arcaísmo na fala dominicana popular.

Instância — insistência. Escreveu o jesuita luso: “... e isto cõ tanta *instanciã* p^a ella...” (p. 95). Na fala comum, coloquial, os cultos preferem o termo *insistência*. Ex. da fala rural: “Depois de munta *instança* ela vêi pra casa...” Ex. da fala culta normal: “Depois de muita *insistência* ela veio pra casa.”

Matéria — pus que se forma nas feridas. Ex. da “Relação”: “... criando *matéria* em várias partes...” (p. 82). A expressão é freqüente nos meios incultos e usada por semicultos. Os cultos preferem dizer *pus*.

Lopes Dias cita o uso do termo na Beira Baixa, com a mesma acepção: “Deitou muita *matéria* a ferida.” Nascentes regista-o também no linguajar carioca.

Magote — multidão, montão; grupo (de pessoas do povo). Coletivo. Uso popular corrente, um tanto evitado pelos cultos. Ex. da “Relação”: ... “se fora soo ha *magote* delles...” (p. 89).

No colóquio popular comporta ainda o aumentativo *magotão*.

Os cultos costumam dizer em vez de *magote*, *grupo*, *bando*, com relação aos seres vivos; *montão*, *bocado*, *porção*, quantidade avultada, em suma, quando se referem a coisas. Exs. da literatura folclórica regional: “pode chegar de *magote*” (C 68); anda tudo de *magote*” (C 338); “... êle diche que tinha visto um *magote* de boi lá adiente...” (JM 57); “um *magote* de jagunços” (TL 129).

Mezinhas — remédios, medicamentos caseiros. Ex. do manuscrito seiscentista: “... nem finalmente outras *mezinhas* e beneficios...” (p. 81). Os incultos empregam bastante o termo e, nas zonas rurais, mesmo os semicultos. A pronúncia é geralmente *mêziza* (i tilado). Exs. da literatura folclórica: “... é *mezinha* que não mente fogo...” (SA 96); “... agora a *mezinha* de Adelino é um cristéu...” (C 325); “Seu Majó, isso é uma *mezinha* santa” (C 319); “a fim de a *mezinha* não perder a vertude...” (VN 251). O termo aparece no “Leal Conselheiro” (“conselhos dos físicos nem outras *meezinhas*”) (112), na “Crônica da Tomada de Ceuta” (“e assy buscaram leitoayros e *meezinhas*”), (113) na linguagem arcaica em geral, e em autores clássicos. *Meezinha* é uma forma intermediária,

sendo a origem latina *medecinam*. *Mezinha* ainda circula na Beira Baixa com o sentido de remédio caseiro (Lopes Dias).

Nações — os gentios ou pagãos (Bíblia); casta, espécie. Na “Relação do Maranhão” anotamos: “... várias *nações* de tapuyas selvagens...” (p. 88); “... mas são muitas *nações* de 60, 80, 100 e mais casais...” (p. 89). Soares Moreno escreveu na “Relação do Ceará”: “22 *nações* de tapuias.” (p. 186); “para poder adquirir algumas *nações* assim...” (p. 187). Os cultos podem, atualmente, empregar *nação* no sintagma *nação de índios*, mas nunca com o sentido de casta, espécie, como os rurícolas. Esta é, no entanto, acepção muito antiga, que usaram Garcia de Rezende, Zurara e outros. No verbete de *nação* constante do “Dicionário Portátil”, de Viterbo, está: “*naçoens* de legumes, aves, de frutas etc. — toda a casta delles, etc.” O uso geral do termo pelos cultos é com o significado de povo, pátria, país. L. Mota, no Elucidário final de “Cantadores”, define *nação*: casta, espécie, e cita o seguinte exemplo da fala inculta: “Na sêca dêste ano, de *nação* de quatro pé só quem escapa é tamborete...” (C 382). *Nação de gente* é locução ainda hoje da norma inculta e, burlescamente, aparece na fala culta. Exs. da literatura folclórica cearense: “O tal grande daqui de vocês, que chegou hoje, será alguém dessas três *nação de vivente?*” (PV 27); “Em tempo de calamidade só escapam duas *nações de gente*: padre cercedote e jumento”. (TS 77) Ainda da linguagem folclórica regional transcrevemos: “Não me venda a marinhoiro/ Não gosto dessa *nação*...” (C 211).

Da literatura portuguesa anteclassica retiramos os seguintes passos: “ca comunalmente se achavam em sua presença desvairadas *nações de gentes* tam afastadas de nosso huso...”; “ca por certo antre todallas *naçoões* dos homees...” (Zurara) (114); “nam sam divulgados como foram se *gente d'outrora naçam* os fizera” (Garcia de Rezende). (115)

Obrigaçào — no caso refere-se a pessoa de casa; familiar. Ex. da “Relação”: “... indo por embaixador o soldado de nossa *obrigaçào*, que fora comnosco do Rio Grande”... (pp. 89-90). Era termo de circulação geral antigamente, que significa espôsa, família, amante, entre os rurícolas cearenses, em nossa época. Na região da Beira, em Portugal — segundo Câmara Cascudo — ainda se diz: “As pessoas da *obrigaçào*”, no mesmo campo semântico em que é colocado o sintagma nos sertões brasileiros (116). Exs. da literatura regional: “Como vai de saúde, e o senhor Tomás e a *obrigaçào?*”; “Como deixou a sua *obrigaçào?*”. (117) J. A. Teixeira cita em Goiás o uso do termo, no sentido de família. (118)

Peita — suborno; dádiva feita com o fim de subornar.

Ex. da “Relação”: “... a força de *peitas* e dádivas...” (p. 88). A expressão não é da norma culta, cuidada, que prescreve o termo suborno. Entretanto, é vocábulo antiquíssimo, que vamos encontrar em “Foros de Castello Rodrigo” (1209). A grafia então era *peyte*,

do verbo *peytar*. Encontra-se o termo no "Lusiadas" com as acepções de suborno, meio de corromper (Canto VIII, estrofes 52 e 53). Ainda hoje circula o verbo e mesmo o deverbais *peita*, mormente no seio do povo e semicultos. Exs.: "Ele *peitou* aquêlo sujeito pra matar o Coronéu." "Aquilo foi *peita*, na certa o dinheiro entrou em ação." Procurar corromper com dádivas ou remuneração é o sentido básico mais corrente do verbo. Dádiva ou pagamento com o objetivo de subornar é a acepção do substantivo cognato, sendo que êste já foi o nome de antigo tributo pago pelos que não eram fidalgos. Gil Vicente usou *peytar*, com a significação de subornar, pagar etc. Com as acepções mencionadas encontra-se o termo em um escrito de Bento Maciel Parente (12 de nov.º de 1618). (119). No "Dicionário Portátil", de Viterbo, acha-se registrado o vocábulo com a definição de "tudo o que se dá para corromper a justiça, a virtude ou a boa fé de alguém". Aí se encontra também o verbo *peitar*, dentro da mesma relação de sentido.

Sustancia — fôrça, resistência, vigor. Escreveu o padre lusitano: "... faltava nas forças pella *sustancia* ser pouca" (p. 83). Da literatura folclórica cearense: "Falá é fôlgo, trabaia é *sustança*", (JM 51); "Obra precisa *sustança*" (C 21); "Isso é que eu chamo tê *sustança*". (C 309). Observe-se aqui a queda da semivogal no grupo *ia*, átono, final, comum ao linguajar do povo. A forma *sustância* vem no "Cancioneiro Geral", no "Leal Conselheiro", na "Crônica da Tomada de Ceuta", em "Relógios Falantes", de Francisco Manuel de Melo, e até em obras de Manuel Bernardes. Ainda hoje é usada na Beira Baixa com a mesma acepção (Lopes Dias) e, provavelmente, em outras zonas lusas.

FRASES FEITAS, PLEBEÍSMOS

A boca da noite — ao anoitecer. Ex.: "... chegaríamos a boca da noite..." (p. 79). Expressão do cotio, especialmente nos meios interioranos. Recolhemos em obras folclóricas cearenses: "... à boca da noite, hora da ceia..." (TL 148); "... ou é só à boca da noite?" (VN 249); "... na buquinha da noite, num limpo..." (JM 58). João Ribeiro cita a locução em escritores antigos como Frei Luis de Sousa e Francisco Manuel de Melo. (120)

Beber fumo — fumar. Exs. da "Relação": "... trazia o fumo para beber..." (p. 111); "... não costumava a beber fumo" (p. 111). Uso exclusivamente rural, na fala inculta. Um exemplo recolhido por Leonardo Mota: "O que é fumo eu não bebo." (C 331). Êsse folclorista cearense dá à locução o significado de fumar, no Elucidário final do seu livro "Cantadores".

Com grande tromba — carrancudo, de aspecto sombrio e torvo. Ex. no escrito do Pe. Figueira: "... passando algumas vezes p'essa minha porta cõ grãde trôba..." (p. 106).

O modo expressivo é comum no ambiente popular, sendo usado talvez em todos os níveis sócio-culturais. Exemplo da linguagem coloquial: "Passou por mim *com uma tromba...*"

Emprega-se com mais freqüência o adjetivo *trombudo*: "Ia *trombudo*, parece que ia muito zangado..." A. Nascentes anota esta, bem como as duas expressões anteriores, no "Tesouro da Fraseologia Brasileira" (121).

Um plebeísmo, evitado atualmente pelos cultos, se nos depara na seguinte frase da "Relação": "... foi *cõ as tripas fora* enchendo o caminho de sangue..." (p. 99). O povo costuma dizer em idênticas circunstâncias elocutivas: "foi *com as tripas de fora*". Pessoas cultas e educadas dirão: "foi *com os intestinos de fora...*" Só a plebe também poderá fazer uso da seguinte construção pleonástica: "*ver c'õ o olho* (p. 91): "... "*... e nos vemos cõ o olho...*" (p. 98).

Trazemos ainda à baila o emprêgo do verbo *parir*, tão do uso gilvicentino, que os cultos atualmente, não raro, substituem por um eufemismo (dar à luz, ter criança, descansar). Está nos seguintes passos do velho manuscrito: "... tivesse fé que logo *pariria...* (p. 95); "... em espasso de mea hora *pario* com facilidade..." (Idem). O termo aparece no linguajar rústico, em nossa época.

Por último, cremos não dever escapar à nossa observação o acento plebeu que adquiriram, na época presente, termos como *banda* e *derradeiro*, que surgem na "Relação do Maranhão", e os cultos, em certos casos, costumam substituir por *lado* e *último* ou *final*, respectivamente. Exs. do documento aludido: "... por *derradeiro* sahio o feiticeiro..." (p. 107); "... algu tão p.a hua *banda* estavam..." (p. 83). A norma culta do nosso tempo prescreveria em tais casos: "... para um *lado* estavam..." e "por *último* saiu o feiticeiro..." Bernardim Ribeiro usou os vocábulos citados nos seguintes passos: "Só estar virada para aquela *banda* dêle"; "e, com ela , da *banda* esquerda"; "da *banda* de além dêste ribeiro"; "porque tudo como *derradeira cousa*" (122). Em Crisfal pode ler-se: "porque, enfim à *derradeira*". (123) Na Beira Baixa, em Portugal, Lopes Dias registrou *banda* na preferência popular.

* * *

Não encontramos africanismos, porventura aprendidos no meio brasileiro, ao ler a "Relação do Maranhão". O termo *macaco*, hoje do português geral, não aparece, sendo substituído por *bugio*: "... contão infynidade de bichos que se domesticão como *bugios...* (p. 76). Ocorre o mesmo na "Relação do Ceará", da autoria de Martim Soares Moreno, que a escreveu em 1618. Aí se acha escrito: "*Bogios, Saguins*" (p. 181); "*bogios e saguins*" (p. 185). *Bugio* foi usado, entre outros quinhentistas, por Gil Vicente: "*bugio* tão mal inclinado". Encontramo-lo também em Anrique da Mota, poeta do "Cancioneiro": "e vós pareceis *bugio* / com capelo" (124). A palavra

bogio — segundó José Pedro Machado — corria com bastante frequência em português nos primeiros anos do século XVI e é de origem árabe, procedente de uma ilha situada no norte da África, donde antigamente se exportavam as velas de cêra e, possivelmente, macacos. (125)

O fundador da capital cearense, no escrito que deixou, pede a vinda de negros de Angola, como metade do pagamento dos militares, cujos serviços se faziam mister na região onde se encontrava, sugerindo que “com o trabalho destes escravos breve se fará muito e irão os dízimos em crescimento” (p. 187). Mas — conforme observou R. Girão — “não há documento que prove terem sido introduzidos negros no presídio da barra do Ceará”. (126).

C O N C L U S Õ E S

1 — Apresentando a “Relação” grafias coincidentes com pronúncias, formas, construções e acepções vocabulares, tidas hoje como barbarismos ou solecismos pelos gramáticos, a despeito de circularem na fala rural ou da plebe, não se deveria abster o autor de outras grafias que, porventura, refletissem a sua linguagem usual. Isso a propósito, sobretudo, das reduções e simplificações de flexões nominais e verbais, da fala popular cearense, que se não encontram grafadas no documento seiscentista, como se não acham nos escritos portugueses da mesma época. E há outros fatos morfológicos e sintáticos, comuns entre nós, não reproduzidos no manuscrito em exame, os quais também não ocorrem, atualmente, mesmo entre os lusos analfabetos.

2 — Ao lado daqueles “arcaísmos” (do ponto de vista sincrônico, face à norma culta atual) existentes na “Relação”, que é do início do século XVII e escrita por um lusitano culto com poucos anos de Brasil, mostra-nos êsse documento alguns empréstimos indígenas no campo lexical, mas não apresenta africanismos de procedência brasileira — como antes se observou.

3 — Desprezar por completo as influências do substrato indígena e de um adstrato afro-negro, sem refletir sobre os longos anos em que se exerceu no Brasil o processo básico da “aculturação”, o contato de culturas diferentes, especialmente no que concerne às camadas populares, incultas, isoladas do tráfego cultural, parece-nos conduta precipitada, de cunho arbitrário e apriorístico.

Atribuir unicamente a origem de certos fenômenos característicos dos falares brasileiros, seja a arcaísmos, seja a tendências embrionárias ou latentes na língua-tronco, românicas e até indo-europeias, como querem certos autores, comparando ocorrências exclusivas da nossa linguagem inculta com fatos análogos registados, por exemplo, no francês e no inglês, cremos revelar desconhecimento da

importância dos fatores sociais e culturais na formação lingüística dos povos. Porque — bem acentuou um dos nossos filólogos — enquanto o inglês e o francês “estão perfeitamente integrados na sua linguagem, não havendo *padrão* algum de que eles se sintam distanciados, porque *tôda a língua evoluiu lenta, segura e insensivelmente para a simplificação desinencial*, com o nosso matuto ocorreu “um fenômeno quase repentino e de extensão e intensidade maiores no *passado do que no presente*”. O que sucedeu não foi uma “evolução orgânica” como em relação àqueles idiomas, formados em condições sócio-culturais diferentes das do povo brasileiro. O que se verificou — para usar ainda as expressões do autor de “A Língua do Brasil” — foi apenas um *desvio*, porquanto “ao lado da língua popular simplificada, existe uma *língua-padrão* amplamente flexionada, língua-padrão essa que continua a *representar* o ideal lingüístico da comunidade”. (127).

4 — Trata-se, pois, de um documento de importância para o estudo diacrônico do português transplantado para o Brasil, não obstante as justificáveis cautelas que se devem tomar ao estabelecer comparações entre as linguagens oral e escrita de um autor, como reflexo da linguagem da época. A propósito, lembramos que os estudiosos podem dispor de outros documentos seiscentistas de valia, para a análise lingüística, como sejam a já citada “Relação do Ceará”, de Martim Soares Moreno (1618), um escrito da autoria de Bento Maciel Parente (12 de novembro de 1618), “Informações e Avisos de Antônio Monis Barreiros sobre o Ceará e o Maranhão” (2 de agosto de 1623), cartas de Frei Cristóvão de Lisboa a um seu irmão em Portugal (1626 e 1627), além de vários manuscritos publicados pelo Barão de Studart e referentes ao Brasil colonial. (128).

NOTAS

1) O texto que serviu para a análise lingüística é o que vem reproduzido na obra “Três Documentos do Ceará Colonial”, publicada em 1967 sob a chancela do Instituto do Ceará (Departamento da Imprensa Oficial — Fortaleza — Ceará). Acham-se também no volume cópias da “Relação do Ceará”, da autoria de Martim Soares Moreno (1618) e do “Diário”, de Matias Beck (1649). As citações de trechos ou palavras de ambas as Relações, no curso do nosso trabalho, reportam-se aos números das páginas do livro editado pelo Instituto do Ceará. São de nossa autoria os grifos, não só nessas citações como nas demais por nós efetuadas.

2) Mota Assunção — *Origens e Ortografia da Língua Brasileira* — Rio, 1933 — pp. 51 e segs. — Paiva Boléo, Manuel de — *O Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental* — Lisboa, 1962 — p. 90. (O autor do *Mapa* considera o problema das relações entre a grafia e a pronúncia muito delicado e, às vezes, quase insolúvel).

3) Figueiredo, Fidelino de — *Literatura Portuguesa* — Rio, 1941 — pp. 136-137.

4) Bem da Veiga, A — *Virgeu de Consolaçon* — Salvador, 1959. p. XXVIII.

5) Said Ali, M. — *Lexeologia do Português Histórico* — Rio, 1921 — pp. 50-51 — *Relógios Falantes — Apólogo Dialogal Primeiro* — Livr. Clássica Editôra — Lisboa, 1942 — p. 85 — Manuel Bernardes — *Nova Floresta* 1, 237 (ap. Said Ali).

6) Said Ali, M. — *Op. Cit.* — pp. 88-98.

7) Id. Ib. — p. 208.

8) Ap. Bem da Veiga, A. — *Op. cit.* — p. XXVI.

9) Nas citações constantes dêste trabalho, empregamos com relação às obras folclóricas cearenses, entre parênteses, as siglas abaixo discriminadas, seguidas do número da(s) página(s) respectiva(s) na edição a que elas se reportam. Assim, quanto às obras de Leonardo Mota:

(C 245) — *Cantadores* — 1.^a edição — p. 245.

(SA 151) — *Sertão Alegre* — 2.^a edição — p. 151.

(TL 105) — *No Tempo de Lampião* — 2.^a ed. — p. 105

(VN 20) — *Violeiros do Norte* — 2.^a ed. — p. 20.

(PV 31) — *Prosa Vadiã...* — 1.^a ed. e única — p. 31.

Os outros autores de que se fazem citações pelo mesmo processo são Gustavo Barroso e Ildefonso Albano.

Exemplos do primeiro: (TS 49) — *Terra de Sol* — 6.^a ed. — p. 49.

De Ildefonso Albano: (JM 57) — *Jeca Tatu e Mané Chique-Chique* — 3.^a edição — p. 57.

10) Said Ali, M. — *Op. cit.* — p. 2.

11) *Crônica dos Feitos de Guiné* — Livraria Clássica Editôra — Lisboa, 1942 — p. 25 — *Crônica da Tomada de Ceuta* — Livr. Clás., Ed. — Lisboa, 1942 — p. 59.

12) *Poetas do Cancioneiro Geral* — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1942 — pp. 70, 69 e 68, respectivamente

13) *Menina e Môça* — Livr. Clas. Edit. — Lisboa 1942 — pp. 44 e 56.

14) *Breve Sumário da História de Deus* — Livr. Cl. Edit. Lisboa, 1943 — p. 65.

15) *Crisfal* — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1943 — p. 40.

16) *O Fidalgo Aprendiz* — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1943 — pp. 370 e 77; *Relógios Falantes* — ed. cit. — p. 86.

17) *Crônica da Tomada de Ceuta* — ed. cit. — pp. 33, 54, 56, 76 e *passim*.

18) *Cancioneiro Geral* — ed. cit. — pp. 11, 32, 35 e 53.

19) *Crestomatia Arcaica* — 3.^a edição — Lisboa, 1943 — p. XL.

20) Prado Coelho A. do — *Manuel Bernardes* — vol. II — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1943 — Nota ao pé da p. 23.

21) Silva Neto, Serafim da — *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* — Rio, 1950 — p. 203.

- 22) *Menina e Moça* — ed. cit. — pp. 49, 52 e 68.
- 23) *Breve Sum. da Hist. de Deus* — ed. cit. — p. 44.
- 24) *Crisfal* — ed. cit. — p. 52.
- 25) *Relógios Falantes* — ed. cit. — pp. 86 e 93.
- 26) *Manuel Bernardes* — I vol. — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1942 — p. 17; II vol. — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1943 — p. 25.
- 27) *Leal Conselheiro* — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1942 — pp. 33 e 82.
- 28) *Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 55.
- 29) *Cantigas D'El-Rei D. Dinis* — Livr. Clas. Edit. — Lisboa, 1942 — pp. 45 e 54.
- 30) *Menina e Môça* — ed. cit. — p. 92 — *Espelho de Cristina* — Ap. *Crestomatia Arcaica* cit. — p. 220 — *Virgeu de Consolaçon* cit. — p. 67.
- 31) Ureña, P. E. — *El Español en Santo Domingo* — Buenos Aires, 1940 — p. 158.
- 32) Marroquim, Mário — *A Língua do Nordeste* — 2.^a ed. — S. Paulo, 1945 — p. 55.
- 33) *Leal Conselheiro* — ed. cit. — p. 85.
- 34) *Crônica dos Feitos de Guiné* — ed. cit. — p. 23 — *Crônica da Tomada de Ceuta* — ed. cit. — p. 70.
- 35) *Manuel Bernardes* — ed. cit. — I vol. — pp. 67 e 70.
- 36) Ap. *Crestomatia Arcaica* cit. — pp. 186 e 191.
- 37) *Idem* — p. CXIV.
- 38) *Manuel Bernardes* — I vol. — ed. cit. — pp. 61 e 79.
- 39) *Leal Conselheiro* — ed. cit. — pp. 36, 68 e 94.
- 40) Said Ali, M. — *Op. cit.* — p. 10.
- 41) *Poetas do Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 58.
- 42) Marroquim, M. — *Op. cit.* — p. 80.
- 43) Nascentes, A. — *O Linguajar Carioca* — 2.^a ed. — Rio, 1953 — pp. 38-39.
- 44) Teixeira, J. A. — *Estudos de Dialectologia Portuguêsa — Linguagem de Goiás* — S. Paulo, 1944 — p. 57.
- 45) Silva Neto, Serafim da — *Manual de Filologia Portuguêsa* — 2.^a ed. — Rio de Janeiro, 1957 — p. 176.
- 46) *Crônica dos Feitos de Guiné* — ed. cit. — p. 71 — *Crônica da Tomada de Ceuta* — ed. cit. — p. 65.
- 47) *Crisfal* — ed. cit. — p. 54.
- 48) *Breve Sum. da Hist. de Deus* — ed. cit. — pp. 43 e 44.
- 49) *Carta a El-Rei* — Ap. Ribeiro, João — *Selecta Clássica* — 3.^a ed. — Rio, 1914 — pp. 174, 175 e 176.
- 50) *Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 55 e 49, respectivamente.
- 51) Said Ali, M. — *Op. cit.* — p. 17.
- 52) Leite de Vasconcelos, José — *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* — Paris, 1901 — p. 119 — Lopes Dias, Jaime — *A Linguagem Popular da Beira Baixa* — Lisboa, 1962 — p. 79 — Pombinho Júnior — J. A. — *Cantigas Populares Alentejanas* — p. 59.

- 53) *Crestomatia Arcaica* — ed. cit. — p. 597 (Glossário).
- 54) *Poetas do Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 29 — *Menina e Môça* — ed. cit. — p. 118.
- 55) *Crisfal* — ed. cit. — p. 45.
- 56) *Crestomatia Arcaica* — ed. cit. — p. CXVII.
- 57) Ayrosa, Plínio — *Subsídios para o Estudo da Influência do Tupi na Fonologia Brasileira* — In *Anais do Congresso da Língua Nacional Cantada* — S. Paulo, 1938 — p. 694. V. a crítica, entre outras, de Chaves de Melo, G. — *A Língua do Brasil* — pp. 47-48 e nota ao pé da p. 17.
- 58) Lopes Dias, J. — *Op. cit.* — pp. 35 (*corage*) e 98 (*vintage* — vantagem) — Pombinho Júnior, J. A. — *Op. cit.* — p. 63 (*home*).
- 59) *Canc. Geral* — ed. cit. — p. 46.
- 60) *O Fidalgo Aprendiz* — ed. cit. — p. 39.
- 61) *Menina e Môça* — ed. cit. — p. 84.
- 62) *Crestomatia Arcaica* — op. cit. — pp. 581 e 582.
- 63) *O Fidalgo Aprendiz* — ed. cit. V. nota 227, de A. Correia de Oliveira, ao pé da p. 52.
- 64) Nascentes, A. — Ap. Silva Neto, S. da — *Manual de Filologia Portuguesa* — 2.^a ed. — Rio de Janeiro, 1957 — p. 169.
- 65) Sousa de Silveira — *Lições de Português* — 3.^a ed. — Rio, 1937 — p. 230.
- 66) *Menina e Môça* — ed. cit. — p. 66.
- 67) *Crisfal* — ed. cit. — p. 70.
- 68) Said Ali — *Op. cit.* — pp. 171-173.
- 69) Marroquim, M. — *Op. cit.* — p. 233.
- 70) *Crestomatia* cit. — pp. 103 e 210 — Trechos da “Crónica de Espanha” e do “Sacramental” de Sanchez de Vercial (*despois e despoys*, respectivamente).
- 71) Zurara — *Op. cit.* — pp. 31, 32 e 46.
- 72) *Menina e Môça* — ed. cit. — p. 79.
- 73) Manuel Bernardes — II vol. — ed. cit. — p. 51.
- 74) *Breve Sum. da Hist. de Deus* — ed. cit. — p. 55.
- 75) *Relógios Falantes* — ed. cit. — p. 77.
- 76) *Lições de Português* — ed. cit. — pp. 133-134.
- 77) *Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 54 (Anrique da Mota).
- 78) *Breve Sum. da Hist. de Deus* — ed. cit. — pp. 48 e 55.
- 79) *O Fidalgo Aprendiz* — ed. cit. — pp. 39 e 46.
- 80) Sousa da Silveira — *Op. cit.* — p. 308.
- 81) Said Ali, M. — *Op. cit.* — p. 207.
- 82) *Cron. dos Feitos de Guiné* — ed. cit. — p. 24.
- 83) *Cantigas d’El Rei D. Dinis* — ed. cit. — p. 31.
- 84) *Cancioneiro Geral* — ed. cit. — pp. 24-25.
- 85) *Breve Sum. da Hist. de Deus* — ed. cit. — pp. 71 e 78.
- 86) *Crisfal* — ed. cit. — p. 38 (V. nota ao pé da página).
- 87) Sousa da Silveira — *Op. cit.* — p. 202.
- 88) Said Ali — *Op. cit.* — p. 205.

- 89) Id. Ib. — p. 185.
- 90) Marroquim, M. — *Op. cit.* — p. 202.
- 91) Teixeira, J. A. — *Op. cit.* — p. 112.
- 92) Studart, G. — *Documentos Para a História do Brasil e Especialmente a do Ceará* — I volume (1608-1625) — Fortaleza, 1904.
- 93) Seraine, F. — *Dialetologia Cearense — Morfologia e Algumas Notas Sintáticas. In "Revista do Instituto do Ceará"* — Tomo LXXVI — Fortaleza, 1967 — p. 188.
- 94) Galeno, Juvenal — *Cenas Populares* — 3.^a ed. — Fortaleza, 1969 — p. 29.
- 95) Freire, Laudelino — *Regras Práticas Para Bem Escrever* — 8.^a edição — Rio, s/data — p. 76.
- 96) Paiva Boléo, M. de — *Op. cit.* — p. 103.
- 97) Ribeiro, João — *Curiosidades Verbaes* — S. Paulo, 1927 — p. 189.
- 98) Ureña, P. H. — *Op. cit.* — p. 124.
- 99) Machado, J. P. — *Influência Árabe no Vocabulário Português* — Lisboa, 1961 — II vol. — pp. 166-167 e 34, respectivamente. V. ainda a propósito, Xavier Fernandes, I — *Topónimos e Gentílicos* — II vol. pp. 32-35 — Pôrto, 1943.
- 100) — Id. Ib. — pp. 32-33. No *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, (ed. brasileira — Rio, 1958) é considerado como procedente de *brasa*, termo de origem germânica
- 101) *Breve Sum. da Hist. de Deus* — ed. cit. — p. 71.
- 102) Teixeira, J. A. — *Op. cit.* — Glossário final.
- 103) *Leal Conselheiro* — ed. cit. — p. 75.
- 104) Manuel Bernardes — I vol. cit. — p. 77.
- 105) *Menina e Môça* — ed. cit. — p. 98.
- 106) Manuel Bernardes — I vol. cit — p 81
- 107) *Crônica da Tomada de Ceuta* — ed. cit. — p. 61.
- 108) Id. — p. 37.
- 109) *Poetas do Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 58.
- 110) *Menina e Môça* — ed. cit. — pp. 37 e 90.
- 111) *Cantigas d'El-Rei D. Dinis* — ed. cit. — p. 58.
- 112) *Leal Conselheiro* — ed. cit. — p. 53.
- 113) *Crônica da Tomada de Ceuta* cit. — p. 59.
- 114) *Crônica dos Feitos de Guiné* — Livr. Clás. Edit. — Lisboa, 1942 — p. 30.
- 115) *Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 22.
- 116) Câmara Cascudo, L. da — *Dicionário do Folclore Brasileiro* — 1.^a ed. — pp. 434-435.
- 117) Galeno, Juvenal — *Op. cit.* — pp. 68 e 261 e glossário final.
- 118) Teixeira, J. A. — *Op. cit.* — Glossário final.
- 119) Studart, G. — *Documentos Para a História, etc.* — I volume, cit.
- 120) Ribeiro, João — *Op. cit.* — nota ao pé das pp. 135-136.
- 121) Nascentes, A. — *Tesouro da Fraseologia Brasileira* — 2.^a ed. — Rio, 1966 — pp. 38, 136, 297 e 298, respectivamente.

-
- 122) *Menina e Môça* — ed. cit. — pp. 84, 49, 96.
123) *Crisfal* — ed. cit. — p. 80.
124) *Breve Sum. da História de Deus* — ed. cit. — p. 51 — *Poetas do Cancioneiro Geral* — ed. cit. — p. 54.
125) Machado, J. P. — *Op. cit.* — II vol. — p. 34.
126) Girão, Raimundo — *Três Documentos do Ceará Colonial*, cit. — p. 200.
127) Chaves de Melo, Gladstone — *Op. cit.* — p. 83.
128) Studart, G. — *Op. cit.*